TL 2318

TIMOR-LESTE

20
anos de
ocupação
anos de
resistência

TIMOR-LESTE

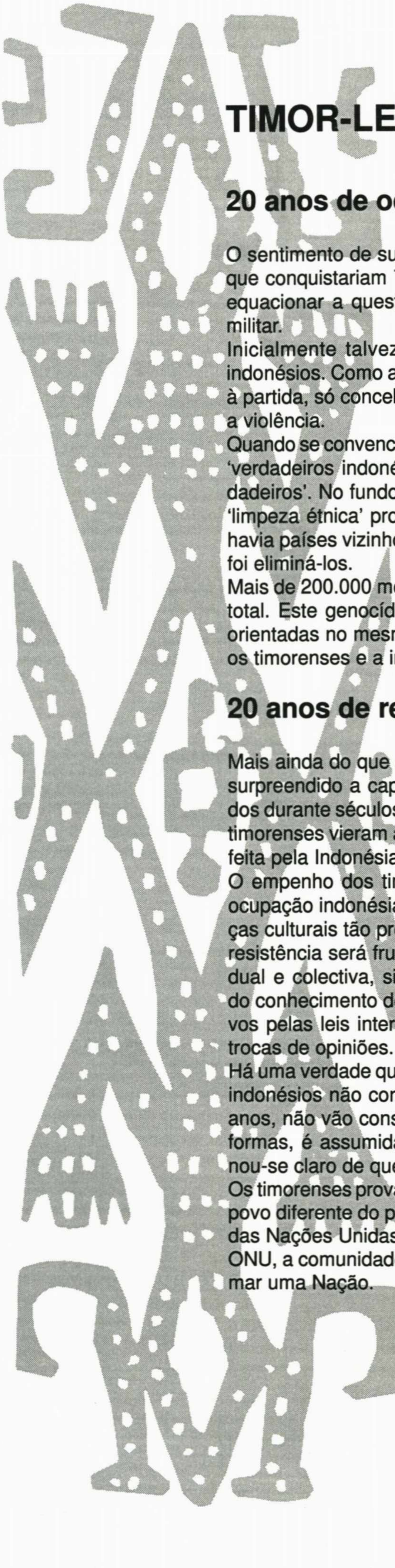
20
anos de ocupação
anos de resistência

1975 - Descolonização interrompida 4
1976 - Em cada 5 timorenses, 4 fogem para as montanhas 6
1977 - Bombardeamentos e cercos 8
1978 - Armas dos países ocidentais contra os timorenses 10
1979 - Fome: ajuda internacional desviada 12
1980 - Resistir ao genocídio 14
1981 - Novo impulso da resistência 16
1982 - Vigilância generalizada 18
1983 - Conversações e ultimato 20
1984 - Aldeias estratégicas - a fome como arma 22
1985 - Controlo dos nascimentos / saúde 24
1986 - A colonização indonésia 26
1987 - Falsas eleições - falso desenvolvimento 28
1988 - Educação ou 'indonesianização'? 30
1989 - Abertura do Território e visita do Papa 32
1990 - A repressão como política 34
1991 - Massacre de Santa-Cruz e acordos para explorar o petróleo 36
1992 - A comunidade internacional:
a razão do lado dos timorenses - a bolsa do lado indonésio 38
1993 - Julgamento de Xanana Gusmão 40
1994 - Timorenses 'colaboradores' dos indonésios? 42
1995 - Conversações Portugal-Indonésia / Diálogo intra-timorense 44
- Indonésios cansados de Timor-Leste 46
- Resoluções do Conselho de Segurança e da Assembleia geral da ONU 48
- Demissão internacional, até quando? 50

A PAZ É POSSÍVEL EM TIMOR-LESTE
Rua de Campolide, 215-4D
1070 Lisboa

Tel/Fax: 386 20 88
Atendimento: Rua Castilho, 61-2D

Edição: A Paz é Possível em Timor-Leste
Design: Carlos Guerreiro
Arquivo fotográfico: CDPM
A Paz é Possível em Timor-Leste
Montagem e impressão: Neograf-Artes Gráficas, Lda.



TIMOR-LESTE

20 anos de ocupação

O sentimento de superioridade dos militares indonésios, a certeza de que conquistariam Timor-Leste em menos de 15 dias, impediu-os de equacionar a questão de outra maneira que não fosse a conquista militar.

Inicialmente talvez se tratasse de transformar os timorenses em indonésios. Como a operação se revelou mais difícil do que supunham à partida, só conceberam uma maneira de atingir o seu fim: aumentar a violência.

Quando se convenceram de que não conseguiriam fazer dos timorenses 'verdadeiros indonésios', decidiram substituí-los por 'indonésios verdadeiros'. No fundo a solução não seria muito diferente da chamada 'limpeza étnica' promovida na ex-Jugoslávia, só que neste caso não havia países vizinhos para onde empurrar os timorenses: a alternativa foi eliminá-los.

Mais de 200.000 mortos só entre 1975 e 1981, um terço da população total. Este genocídio foi acompanhado de políticas complementares orientadas no mesmo sentido, como o controlo de nascimentos entre os timorenses e a imigração de indonésios...

20 anos de resistência

Mais ainda do que a teimosia destrutiva dos generais indonésios terá surpreendido a capacidade de resistência dos timorenses. Colonizados durante séculos por um punhado de portugueses, porque é que os timorenses vieram a resistir com tanto ânimo a uma nova colonização, feita pela Indonésia?

O empenho dos timorenses terá nascido dos próprios excessos da ocupação indonésia ou haverá entre timorenses e indonésios diferenças culturais tão profundas que provocam uma irresistível rejeição? A resistência será fruto duma genuína consciência da dignidade, individual e colectiva, sistematicamente desprezada pelos ocupantes, ou do conhecimento de que existem direitos reconhecidos a todos os povos pelas leis internacionais? As respostas dariam para infindáveis trocas de opiniões.

Há uma verdade que hoje já não é posta em dúvida por ninguém: se os indonésios não conseguiram aniquilar a resistência timorense em 20 anos, não vão consegui-lo agora. A resistência, sob as mais diversas formas, é assumida pela quase totalidade da população, e hoje tornou-se claro de que ela irá ganhar a batalha.

Os timorenses provaram, para quem tivesse dúvidas, que existem como povo diferente do povo indonésio. A este povo, de acordo com a Carta das Nações Unidas e numerosas resoluções da Assembleia Geral da ONU, a comunidade internacional deve garantir a possibilidade de formar uma Nação.

A Paz é Possível em Timor-Leste

1975 DESCOLONIZAÇÃO INTERROMPIDA

«A independência é um direito de todas as nações e o povo de Timor-Leste não é excepção»

(Adam Malik, Ministro indonésio dos Negócios Estrangeiros, Junho de 1974)

«Só há duas soluções possíveis: ou a união com a Indonésia ou o controlo da administração portuguesa»

(Adam Malik, Dezembro de 1974)

Após o 25 de Abril de 1974, que punha fim a 40 anos de regime autoritário e ditatorial em Portugal, o novo regime democrático aceita conceder às suas colónias o direito à autodeterminação que a ONU vinha exigindo havia mais de dez anos. Entre estas colónias encontrava-se Timor-Leste.

Os dois principais partidos políticos timorenses, a Fretilin e a UDT são favoráveis à independência:
«Insistimos no facto de que a independência é a única via possível para que o povo seja libertado da exploração ou da opressão sob todas as suas formas» *(Comunicado conjunto Fretilin/UDT, Dili 18/3/75).*

O terceiro partido, a Apodeti, quer a integração na Indonésia mas com estatuto de autonomia:
«Uma integração com um estatuto de autonomia interna no seio da República indonésia no respeito das regras internacionais em vigor» *(Programa daApodeti).*

A Indonésia não tarda em reconhecer que a Apodeti não conseguirá alargar a sua fraca influência no seio da população timorense e decide apostar na ruptura entre a Fretilin e a UDT. Para isso instala em Kupang (Timor indonésio) uma rádio emitindo em «tetum», língua veicular de Timor-Leste, que se esforça por envenenar as relações entre os partidos da coligação. A sua principal arma será o espantalho do perigo comunista, ao qual também são sensíveis os países ocidentais e particularmente os EUA, então em guerra no Vietname.

Conscientes de que as posições da Indonésia serão essenciais para o futuro do seu país, os líderes dos dois principais partidos timorenses visitam Jacarta. José Ramos Horta, da Fretilin, volta de Jacarta com uma carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Adam Malik:
«A Independência é um direito de todas as nações e o povo de Timor-Leste não constitui excepção» *(17/6/74).*
Mas, em Dezembro, Adam Malik já tinha mudado de opinião:
«Só há duas soluções possíveis: ou a união com a Indonésia ou a continuação da administração portuguesa. A independência não é uma ideia realista» *(Dez. 74, citado em «Décolonisation», nº7, documento da ONU).*
Num encontro realizado em Londres, em Março de 1975, quando já se faziam sentir as pressões da Indonésia contra a independência, Portugal expõe a sua posição perante a delegação indonésia. Um relatório elaborado pelo governo de Timor resume essa posição como segue:

1. Portugal não está em condições de impor uma solução, seja ela qual for;
2. No caso de não se alcançar um acordo, Portugal submeterá o problema às instâncias internacionais;
3. O esquema previsto para a descolonização de Timor é o seguinte:
   - Governo provisório com a participação dos partidos;
   - Período de 5 a 8 anos de governo provisório, até se alcançar a maturidade política e a auto-suficiência económica;
4. (Portugal) Sugere que a Indonésia melhore a sua imagem junto das populações de Timor e que forneça apoio económico, o que facilitaria uma possível escolha do povo de Timor a seu favor.

(relatório publicado em Lisboa em 1981).

Francisco Lopes da Cruz, Vice-Presidente da UDT, após encontro em Jacarta com os principais responsáveis das forças armadas indonésias deixa transparecer as fortes pressões a que foi sujeito: ***«Somos realistas, se queremos ser independentes devemos seguir a linha política da Indonésia; fora desta via a nossa independência não durará mais que uma semana ou, quando muito, um mês»*** *(6/8/75, citado por M Roger, New York Times).*

Cinco dias depois, em 11 de Agosto, a UDT apodera-se do depósito de armas da polícia em Dili e reclama aos portugueses a prisão dos dirigentes da Fretilin. A admi-

20 anos de ocupação 20 anos de resistência

nistração portuguesa não quer tomar partido entre as duas forças timorenses, mas os soldados timorenses que constituem a quase totalidade das forças armadas coloniais (cerca de 2.000 homens) alinham na maioria com a Fretilin. Em menos de um mês a Fretilin domina completamente a situação.

A luta foi violenta. Segundo observadores australianos da ACFOA (Australian Council for Overseas Aid) presentes no terreno, houve entre 2.000 e 3.000 vítimas. *(Reuter 28/9/75).* Alguns milhares de timorenses refugiaram-se do outro lado da fronteira, no Timor Indonésio. A Indonésia utiliza-os para justificar as acções militares que organiza contra o território de Timor-Leste.

A 7 de Dezembro, ao alvorecer, centenas de pára-quedistas são lançados sobre Dili, ao mesmo tempo que a marinha de guerra entra no porto. O testemunho que segue é, como muitos nestas páginas, de um padre católico; eles são das poucas pessoas que puderam ficar, movimentar-se com uma certa liberdade e comunicar com o exterior: ***«De 7 de Dezembro*** (1975) ***a Fevereiro de 1976 estiveram ancorados no porto de Dili 23 navios de guerra que bombardeavam 24 horas por dia as colinas que rodeiam Dili. Os helicópteros (entre 8 e 12) e os aviões (4) sobrevoavam todo o território de Timor. Em terra são inúmeros os tanques e as viaturas blindadas. As tropas indonésias devem ser em número de cerca de 50.000 (não estou certo)»*** *(Missionário católico; carta, Nov.77).*

Convém relembrar que o território de Timor-Leste tem uma superfície de apenas 19.000 km2, menos do que o Alentejo, e que a sua população não atingia 700.000 habitantes. Os generais indonésios tinham prometido dominar todo o território de Timor-Leste em 15 dias mas no fim deste tempo ainda não dominavam totalmente a cidade de Dili que na época contava cerca de 12.000 habitantes, menos que os militares que a invadiram.

Portugal corta imediatamente as relações diplomáticas com a Indonésia e denuncia, como havia antes avisado, a violação das leis internacionais. A Assembleia geral da ONU e o Conselho de Segurança votam resoluções pedindo a retirada das forças indonésias.

A Assembleia geral ...

- **Profundamente preocupada pela situação crítica resultante da intervenção militar das forças armadas indonésias em Timor-Leste, (...)**
- **Pede ao governo indonésio que cesse a sua violação da integridade do Timor português e que retire sem demora todas as suas forças armadas do Território a fim de permitir ao povo do Território o exercício livre do seu direito à autodeterminação e à independência.**

(Assembleia geral da ONU - resolução 3485, 12/12/75)

1976

EM CADA CINCO TIMORENSES, 4 FOGEM PARA AS MONTANHAS

«Os vossos pára-quedistas desceram do céu como anjos mas portaram-se como demónios»

(Monsenhor Ribeiro, bispo de Dili)

100.000 mortos em menos de um ano

(relatório de padres indonésios)

A violência foi extrema e os testemunhos são numerosos. A 7 de Dezembro pessoas que se encontravam perto de uma igreja foram obrigadas a entrar nela:

«Às 9 horas da manhã do dia seguinte (8 de Dezembro) estas pessoas e outras receberam dos soldados indonésios ordem para se dirigir para o cais onde já se encontravam 27 mulheres, algumas timorenses e as outras chinesas. Esta testemunha diz que um certo número de mulheres tinham com elas crianças e que choravam todas. Os indonésios tiraram as crianças às suas mães e deram-nas à multidão. Em seguida, foram abatidas com tiros, uma após outra. Os indonésios ordenaram aos presentes que contassem em voz alta as que caíam.

Pelas 2 horas da tarde 59 homens, chineses e timorenses, foram levados para o cais. Um deles era X cuja viúva, diz a minha informadora, se encontra hoje na Austrália. Estes homens eram abatidos um a um. De novo os presentes foram obrigados a fazer a contagem. Foram cerca de 500, calculava ela. As vítimas tinham que se colocar no bordo do cais de maneira a que os corpos caíssem para a água depois de abatidos. Os soldados indonésios atiravam sobre os corpos que estavam na água se eles ainda davam algum sinal de vida. (...) Estas testemunhas contaram-me que ouviram dizer que as execuções tinham continuado» *(testemunhos recolhidos por Jim Dunn, último cônsul australiano em Timor-Leste e presidente da Comissão dos Direitos do Homem do Parlamento Australiano).*

Monsenhor Ribeiro, português e bispo católico de Dili na altura, que não apreciava muito a Fretilin, enviou, após a invasão, uma mensagem às autoridades indonésias por intermédio de um timorense opositor da Fretilin:

«As vossas tropas indonésias, com os seus assassínios, violações e pilhagens são mil vezes piores (que a Fretilin). ***Os pára-quedistas indonésios desceram do céu como anjos mas portaram-se como demónios».*** *(citado por Geoffrey Hull, Comissão Justiça e Paz da Austrália).*

Condenada pelo Conselho de Segurança e a Assembleia geral da ONU, a Indonésia quis mostrar que eram os próprios timorenses a pedir a integração do seu território na República da Indonésia. A 31 de Maio realizou-se em Dili uma sessão solene da «Assembleia Popular de Timor-Leste» que Jacarta apresenta, ainda hoje, como o acto de autodeterminação do povo de Timor-Leste. Uma lei preparada expressamente para esta circunstância previa que: ***«os membros da 'Assembleia Popular' são eleitos entre as pessoas residindo na circunscrição administrativa em questão, de acordo com os princípios do consenso e do consentimento e tendo em conta os valores tradicionais e culturais existentes ou em vias de formação na circunscrição»*** *(Annuaire des Pays de l'Océan Indien, pág. 264).*

Esta lei possibilitava todas as interpretações, inclusive a ausência total de escolha democrática, querendo aqui «eleitos» dizer «escolhidos» pelas forças armadas; foi nesta base que os ocupantes escolheram os 37 membros da 'Assembleia Popular' que iria solicitar a integração formal de Timor-Leste na Indonésia. Importa recordar que, na época, as forças armadas indonésias só controlavam – e pela força – uma ínfima parte do território de Timor-Leste (três meses mais tarde, segundo o relatório de padres indonésios que visitaram o território, elas só controlavam 150.000 dos 650.000 habitantes). Mesmo se os membros da 'Assembleia' tivessem sido eleitos democraticamente, só o poderiam ter sido por uma minoria submetida à ocupação militar estrangeira.

Convidada a participar na cerimónia, a ONU declinou o convite; só sete países amigos do regime indonésio se fizeram representar (Arábia Saudita, Índia, Malásia, Nigéria, Nova-Zelândia e Tailândia). Mesmo assim, o representante da Índia manifestaria dúvidas sobre o ca-

rácter de autodeterminação da cerimónia. No final desta, os membros da 'Assembleia' desapareceram inopinadamente sem que os diplomatas e jornalistas presentes pudessem trocar opiniões com eles.

Em Setembro, nove meses após a invasão, Dili é visitada por uma delegação de padres indonésios. O relatório que então elaboraram dá uma primeira ideia da extensão do genocídio:

«A população das vilas e aldeias ocupadas pelas tropas indonésias é de cerca de 150.000 pessoas num total de 650.000 habitantes (...) Disseram-nos que aproximadamente 60.000 timorenses tinham sido mortos até agora. Considerávamos este número muito elevado porque isso significaria que 10% da população teria sido morta. Mas quando referimos estes números a dois padres de Dili eles disseram-nos que, de acordo com as suas estimativas, o número de mortos seria de cerca de 100.000». *(relatório da Parlamentary Library/ /Legislative Research Service, Austrália, 22/11/76).*

Como relataram os padres indonésios, a grande maioria da população manifestou o que pensava da vinda dos indonésios à sua maneira, isto é, refugiando-se nas montanhas.

O Conselho de Segurança...

- **Reafirmando o direito inalienável do povo de Timor-Leste à autodeterminação e à independência de acordo com os princípios da Carta das Nações Unidas e com a declaração sobre a atribuição da independência aos países e aos povos coloniais, contida na resolução 1514(XV) da Assembleia geral em data de 14 de Dezembro de 1960;**
- **Estimando que nenhum esforço deve ser poupado para criar condições que permitam ao povo de Timor-Leste de exercer livremente o seu direito à autodeterminação;**
- **Pede a todos os Estados para respeitar a integridade territorial de Timor-Leste bem como o direito inalienável do seu povo à autodeterminação;**
- **Pede ao governo indonésio para retirar sem tardar, todas as suas forças do Território.**

(resolução 389 de 22/4/76)

1977 BOMBARDEAMENTOS E CERCOS

«É possível que 50.000 pessoas tenham sido mortas (...) talvez mesmo 80.000. Mas porquê tanta conversa?»

(Adam Malik)

«Por maior que seja a opressão, não lhes subtrairão o seu ideal»

(um padre católico)

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, Adam Malik, declara a 30 de Março, perante jornalistas estrangeiros:
«É possível que 50.000 pessoas tenham sido mortas durante a guerra em Timor, talvez mesmo 80.000. Mas porquê tanta conversa a esse respeito, era a guerra. Que é isso comparado com os 600.000 que queriam a união com a Indonésia!» *(citado por Geoffrey Hull, Comissão Justiça e Paz da Austrália, 1992).*

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia sabia muito bem que as tropas do seu país não dominavam naquela altura mais que 150.000 timorenses, que viviam nas cidades que ocupavam, o que não significava que eles quisessem a união com a Indonésia. Perto de 500.000 tinham fugido, à medida que se operava o avanço do exército de Jacarta, e mantinham-se nas montanhas.

Em Setembro o exército indonésio lança uma grande operação no sector mais próximo da fronteira (Liquiça, Maliana, Bobonaro) a fim de empurrar a resistência para o interior. Um jornalista francês, Denis Reichle, que tinha entrado clandestinamente no território, avalia em 38.000 o número de soldados indonésios envolvidos nesta batalha, número que equivale a um décimo das forças armadas indonésias da época. Esta informação é confirmada pelo grupo dos Negócios Estrangeiros do Parlamento australiano *(relatório, 8/3/79).*

De acordo com os testemunhos produzidos sobre esta época, as forças armadas indonésias não perdiam o seu tempo a tentar convencer os timorenses, o argumento principal eram os bombardeamentos:
«Desde Setembro a guerra aumentou de intensidade. Os aviões bombardeiros não param durante todo o dia. Centenas de pessoas morrem todos os dias. Os corpos dos infelizes servem de pasto às aves de rapina (se não morrermos da guerra morreremos da peste). Aldeias completamente destruídas, «sucos» dizimados... Barbárie, crueldade, pilhagem, depravação inqualificável de Timor. A insegurança é total e o terror do aprisionamento o pão nosso de cada dia. As tropas da Fretilin que se rendem são abatidas: para eles não há prisões. O genocídio está para breve. Toda a juventude válida de Timor (30% da população) se encontra no mato. Os indonésios não controlam mais que as cidades num raio de 1 ou 2 Km.
A residência nova do bispo foi destruída pelo fogo dos bárbaros. O seminário de Dare foi destruído. Os colégios de Maliana e Soibada foram destruídos. Timor não foi integrada, foi sim «anexada». Não foi libertada do «comunismo», foi entregue aos bárbaros e vendida aos indonésios muçulmanos. A liberdade, seja qual for a forma por que seja considerada, não existe. O mundo ignora-nos e é pena... estamos a caminho dum genocídio» (carta de um missionário, Nov.77).

Um outro padre escreve a uma associação de solidariedade da Austrália:
«Em Timor a violência destes «amigos» indonésios continua a intensificar-se, com toda a espécie de consequências terríveis. Continua o genocídio bárbaro dum povo inocente sob a aparente paz total das consciências. Timor-Leste foi vítima de uma invasão, de uma conquista brutal que deixa no seu rasto um cortejo de cadáveres anónimos, homens e mulheres mutilados, crianças órfãs. Mantêm-se as consciências em paz postulando que a população era comunista» *(citado por Geoffrey Hull, Comissão Justiça e Paz da Austrália, 1992).*

Um outro ainda, escreve a 13 de Dezembro de 1977:
«Dois anos de uma luta terrível criaram símbolos e heróis, solidariedade de sangue e de amizade. Por

maior que seja a opressão não lhes subtrairão o seu ideal. Pelo contrário, ele exacerbar-se-á e ganhará novas motivações (...)

Vê-se a sua (dos indonésios) ***vontade em reduzir tudo a zero. D.José*** (o bispo católico português) ***disse que eles exterminariam todos os homens válidos e toda a juventude (e dizia-o com convicção, certamente com boas razões para o afirmar) e que só restariam cinzas. A população, e isso também preocupava D.José, passará a ser considerada «primitiva». Se surgirem problemas serão problemas entre «suku primitivos», coisas sem importância. Como fizeram e continuam a fazer em Irian Jaya...»*** *(carta de um padre, 13/12/77).*

Moisés Amaral, líder da UDT no exílio, afirmará mais tarde perante o Comité de Descolonização da ONU:

«A minha família contava 37 pessoas em 1975, mas em 1979 estava reduzida a 9. Em menos de 3 anos perdi os meus pais, 7 dos meus irmãos, 4 cunhados e cunhadas e 15 sobrinhos e sobrinhas.

O meu clã, composto por mais de 600 pessoas, estava reduzido a menos de 100 sobreviventes» *(Nova Iorque, 1987).*

A Assembleia geral (...)

- **Profundamente preocupada pela situação permanentemente crítica no Território que resulta da recusa persistente do governo indonésio em aplicar as resoluções da Assembleia geral e do Conselho de Segurança (...)**
- **Reafirma o direito inalienável do povo de Timor-Leste à autodeterminação e independência e a legitimidade da sua luta para alcançar este direito (...)**
- **Solicita ao governo indonésio e aos dirigentes da Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (Fretilin) que facilitem a entrada em Timor do Comité Internacional da Cruz Vermelha e de outras organizações humanitárias a fim que seja possível ajudar a população do território (...)**

(Assembleia geral da ONU - resolução 32/34, 28/11/77)

1978

ARMAS DOS PAÍSES OCIDENTAIS CONTRA OS TIMORENSES

«Os indonésios lançaram, num único dia, cerca de 600 ou 700 bombas»

(relatório deste triste cativeiro, Julho de 78 a Junho de 81)

Centenas de povoações foram «apagadas da superfície da terra pelos bombardeamentos»

(um oficial indonésio citado por Jim Dunn)

Nova operação militar de grande envergadura em 1978, a operação Skylight, comandada pelo próprio Ministro da Defesa indonésio, o general Yusuf. O objectivo principal é o de «limpar» a região próxima de Dili e preparar a visita que o Presidente Suharto deve realizar em Julho. Uma nova divisão de 15.000 homens é enviada para a região mas Jacarta dá prioridade, na verdade, aos meios aéreos.

A Austrália vende 12 helicópteros Bell Sioux e 12 aviões Nómadas. A British Aerospace assina um acordo para a venda de 8 aviões Hawk equipados com mísseis ar-solo e o Vice-Presidente americano Walter Mondale vai a Jacarta vender 16 aviões A4 Skyhawk adaptados às missões anti-guerrilha.

Quase três anos depois da invasão, povoações de considerável dimensão próximas de Dili (Railaco, Remexio, Lacló) que continuavam a resistir, são conquistadas graças à acção da aviação. As principais vítimas dos bombardeamentos, que incluíam a utilização de bombas de napalm, são as populações civis.

Uma alta personalidade oficial indonésia, que quis manter o anonimato, citada num documento da Comissão dos Negócios Estrangeiros do Parlamento Australiano, declara que centenas de povoações foram: ***«apagadas da superfície da terra por bombardeamentos e muitos nomes de localidades desapareceram do mapa de Timor»*** *(Jim Dunn, Tribunal Permanente dos Povos, 1983).*

Um missionário português, o Padre Leoneto do Rego, director da Missão de Soibada, situada nas montanhas do interior da ilha, passou os três primeiros anos da ocupação indonésia ao lado dos seus paroquianos nas zonas controladas pela resistência. Após a sua saída de Timor, contou a experiência que viveu:

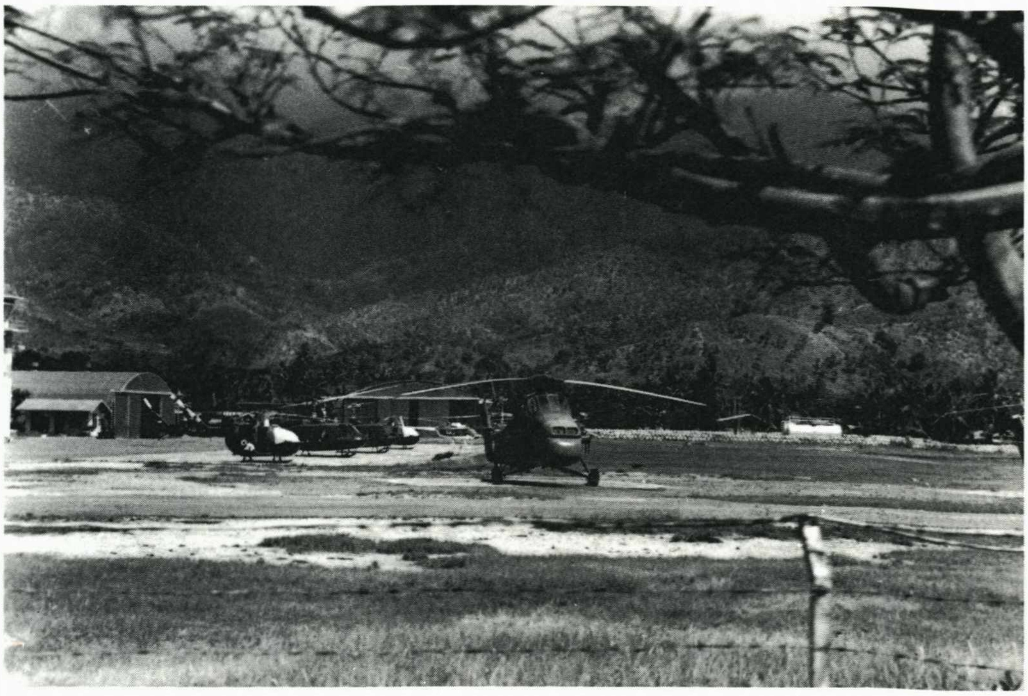
«A partir de 1978 os indonésios começaram a avançar muito. A Fretilin, a quem faltavam as armas e as munições, porque nunca recebeu nada do exterior, começava a recuar. Houve uma grande operação de cerco, dirigida para a minha zona, que incluiu o desembarque de indonésios na costa Sul e movimentações de tropas a partir do Norte e do Leste. As defesas da Fretilin começaram a ceder e iniciou-se o êxodo das populações. (...) Num determinado momento conseguimos furar o cerco e voltar ao lugar onde tínhamos as culturas e fizemos a colheita. Dois dias mais tarde chegaram os aviões.

(...) Os sucessivos ataques indonésios obrigaram toda a gente a fugir. Eu estava tão fraco que os grupos passavam perto de mim e eu não podia acompanhá-los. (...) Encontrei uma carcaça de búfalo que tinha um pedaço de pele levantada, seca e cheia de formigas. Decidi-me a grelhá-la. Reuni alguns troços de bambu e lancei-lhes fogo, o que fez muito fumo. Quando a pele ficou bem grelhada e já me despertava o apetite aparece um rapaz preocupado com o que eu estava a fazer. Disse-me para apagar o fogo por causa dos indonésios. Apagámo-lo e fui para junto da família do rapaz. Foi a minha sorte! Pouco tempo decorrido caíam dois obuses de morteiro mais ou menos no local onde tinha grelhado o búfalo» *(com 65 anos e doente, o Padre Leoneto do Rego entregou-se aos indonésios a 31/12/78).*

Um outro testemunho reza assim:

«A 23 de Novembro de 1978, nos montes de Uadaboro, da cordilheira de Matebia na parte oriental da ilha, foram mortas por rajadas de metralhadora cerca de 1500 pessoas que incluíam mulheres grávidas e crianças de todas as idades. O massacre teve lugar depois de as tropas indonésias terem atraído e enganado estas pessoas dizendo-lhes que 'vinham unicamente ajudar o povo de Timor'. A mesma coisa se passou em Taipo, onde 300 pessoas foram mortas pelo mesmo processo, e também em numerosos outros lugares, se bem que em mais pequeno número.

Nos bombardeamentos aéreos são utilizados todos os tipos de bombas, sem excluir as de napalm, em ataques cerrados dirigidos, na maior parte dos casos, às zonas onde se concentra a população. Perto do monte Matebian, lançaram, num único dia, cerca de 600 ou 700 bombas.



Neste momento e em cada posto morrem 70 a 80 pessoas por dia. A intenção do inimigo parece ser o aniquilamento da raça timorense. Por vezes, alguns destes infelizes são autorizados a ir à floresta procurar tubérculos para matar a fome; no regresso, são acusados de ter contactado os guerrilheiros e são, depois, fuzilados» *(relatório deste triste cativeiro, datado de 1981).*

No dia 31 de Dezembro uma força de elite de 2.500 comandos consegue cercar Nicolau Lobato, Presidente da Fretilin, e matá-lo. Dada a lenda criada em volta deste líder carismático, os indonésios pensam – e anunciam-no – que as forças rebeldes deixaram de existir.

A Conferência dos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Países Não-Alinhados reunida em Belgrado retoma o conteúdo das resoluções do Conselho de Segurança e exige a retirada das forças armadas indonésias de Timor-Leste.

A Assembleia Geral da ONU adopta, uma vez mais, uma resolução e lança um apelo ao Conselho de Segurança, que ficará sem efeito porque os grandes países ocidentais aliados da Indonésia bloqueiam tudo o que desagrade ao seu aliado.

A Assembleia geral...

- Profundamente preocupada pela situação sempre crítica existente no território em consequência da persistente recusa do governo indonésio em aplicar as disposições das resoluções pertinentes da Assembleia geral e do Conselho de Segurança (...)
- Chama a atenção do Conselho de Segurança em conformidade com o parágrafo 3 do artigo 11 da Carta das Nações Unidas, sobre a situação crítica existente no Território de Timor-Leste e recomenda-lhe de tomar todas as medidas eficazes necessárias à aplicação das suas resoluções 384 (1975) e 389 (1976), a fim de permitir que o povo de Timor-Leste exerça plenamente o seu direito à autodeterminação e à independência (...)

(Assembleia geral da ONU - resolução 33/39, 13/12/78)

1979

FOME: AJUDA INTERNACIONAL DESVIADA

«Mais de 100.000 pessoas num estado de inanição completa»

(um diplomata que visitou vários campos)

Uma situação «tão má como no Biafra e potencialmente tão grave como no Cambodja»

(David Delaprez - Cruz Vermelha Internacional)

No fim de 1978 diplomatas, jornalistas e responsáveis de organizações humanitárias são convidados a visitar Timor-Leste. O que a Indonésia lhes mostra coloca Timor-Leste no rol das piores catástrofes provocadas pelo homem. O embaixador do Canadá que pôde visitar o campo de Remexio declarou aos jornalistas:

«Os habitantes estão numa situação deplorável. Em muitos casos estão em vias de morrer de fome, desesperadamente doentes, necessitando de ajuda imediata em termos de alimentação, vestuário e assistência médica elementar».

Os diplomatas que participaram na visita lançaram um grito de alarme:

«Mais de 100.000 pessoas encontram-se em estado de inanição completa».

Frank Carlin, responsável do Catholic Relief Services (CRS) dos EUA, confidencia ao jornalista australiano Peter Rodgers que os problemas da fome em Timor são ***«os piores»*** que encontrou em 14 anos de actividade na Ásia. David Delaprez, da Cruz Vermelha Internacional, estima que a situação é ***«tão má como no Biafra e potencialmente tão grave como no Cambodja»*** *(Sidney Morning Herald, 1/11/78).*

Apesar dos pedidos dirigidos ao governo indonésio e a invocação das 'disposições dos acordos de Genebra', a Cruz Vermelha Internacional estava impedida desde 7 de Dezembro de 1975 de regressar a Timor-Leste. Em 1979, depois dos apelos emitidos pelos diplomatas que visitaram o território e das pressões de vários governos, em particular o dos EUA, e das ajudas materiais fornecidas por vários destes governos, a Indonésia autoriza a entrada de ajuda internacional e de 3 delegados do Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICR) mas impõe limites a sua acção:

«Toda a ajuda deve passar pelos governos centrais e regionais, enquanto os subsídios para as operações humanitárias devem ser transmitidos à Cruz Vermelha indonésia que é responsável por este trabalho» *(Mochtar, Indonesian Embassy Newsletter, Jun.79).*

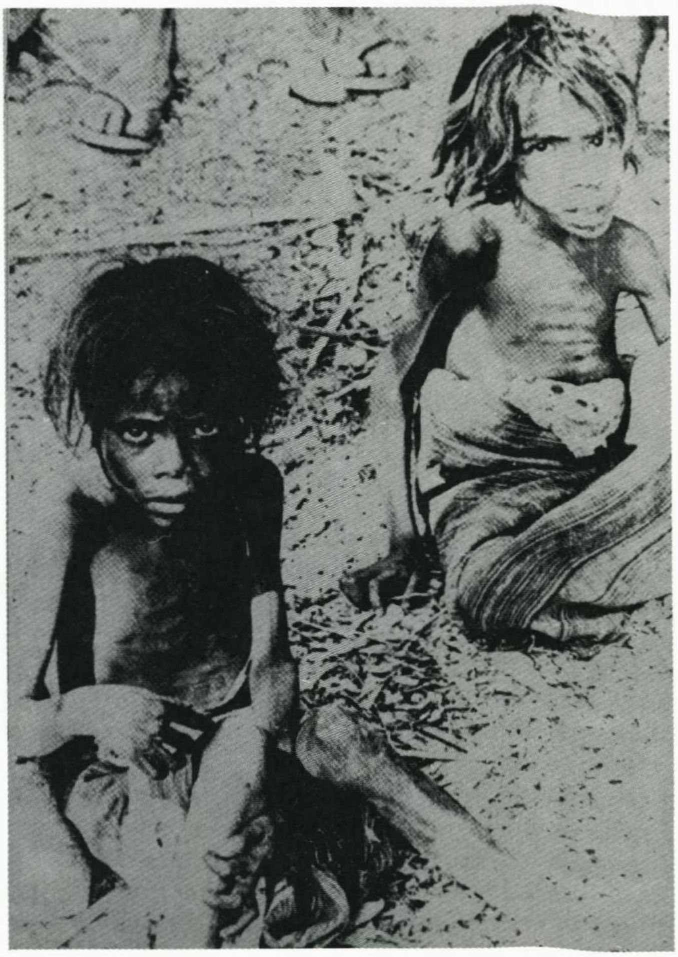
O CICR submete-se às condições que lhe são impostas. As deslocações dos três funcionários suíços são limitadas e sujeitas a autorizações prévias. Nos 13 campos que são autorizados a visitar foram reagrupadas 75.000 pessoas; 60.000 encontram-se num estado alarmante de subnutrição e destas, dizem os delegados da Cruz Vermelha, 20.000 não deveriam escapar à morte.

O Secretário de Estado adjunto dos EUA, Holbroocke, avalia que o número de pessoas vivendo em campos sujeitos a uma vigilância apertada se eleva a 200.000 *(USAID - Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional - Situation Report n.1, 19/10/79).*

As restrições impostas pelo governo permitem às forças armadas indonésias apropriar-se de uma parte da ajuda internacional, directa e indirectamente. A ausência de funcionários internacionais obriga a que se recorra à Cruz Vermelha indonésia para a distribuição da ajuda internacional e mesmo ao exército de ocupação para o seu transporte que é facturado a preços exorbitantes *(850 dólares americanos para uma hora de aluguer de um helicóptero – David Jenkins).*

Em Janeiro, pouco tempo após a chegada de um barco australiano carregado com ajuda internacional, os medicamentos oferecidos pela Nova Zelândia encontravam-se à venda nos armazéns Vong Vi Vung em Dili, o mesmo acontece com a ajuda alimentar:

«Sacos de arroz, marcados com 'para distribuição gratuita' eram vendidos a preços que oscilavam entre



as 12.500 e 18.000 rúpias em Dili, a 25.000 em Laga e a 30.000 em Baucau» *(ACFOA, 12/7/79).*

A acção do CICR prolongou-se durante 18 meses, mas em Abril de 1981 as autoridades não renovaram as autorizações de estadia porque preparavam a operação 'Keamanan' (segurança). Os timorenses reconheceram na generalidade que a presença da Cruz Vermelha Internacional levava as forças armadas indonésias a moderar a sua violência. Mas, uma vez que esta presença estava habitualmente limitada à cidade de Dili, não impedia que massacres colectivos ocorressem noutros pontos do território.

Antonino Tavares, um enfermeiro timorense hoje refugiado em Portugal, trabalhou para o Catholic Relief Services e para a UNICEF. As ajudas canalizadas pela UNICEF, diz ele, eram obrigatoriamente confiadas a indonésios que as administravam. Nos projectos de adução de água nas quais A.Tavares participou, eram médicos indonésios que recebiam os fundos; deviam contactar as autoridades para convocar a população para executar as obras. As autoridades reuniam as pessoas para o 'Gottong Royong', nome dado pelos indonésios ao 'trabalho voluntário', e os fundos destinados ao pagamento dos dias de trabalho eram distribuídos entre as autoridades e o médico. Um dia, acrescenta A.Tavares, a UNICEF protestou porque os militares apresentavam despesas de mudança de pneus demasiado exageradas, seis ou sete vezes no mesmo ano.

A Assembleia geral...

- **Reafirma o direito inalienável do povo de Timor-Leste à autodeterminação e à independência, de acordo com a Declaração sobre a outorga da independência aos países e aos povos coloniais (...)**
- **Declara que o povo de Timor-Leste deve ter a possibilidade de determinar livremente o seu próprio futuro, sob os auspícios da Organização das Nações Unidas (...)**
- **Exprime a sua muito profunda preocupação face aos sofrimentos suportados pelo povo de Timor-Leste em virtude da situação que reina actualmente no Território (...)**
- **Pede a todas as partes interessadas que facilitem o encaminhamento para o Território de socorros internacionais a fim que sejam minorados os sofrimentos do povo de Timor-Leste.**

(Assembleia geral da ONU - resolução 34/40, 21/11/79)

1980

RESISTIR AO GENOCÍDIO

«Ao longo destes seis anos...um número de vítimas superior a 200.000 pessoas»

(Documento colectivo dos religiosos de Timor-Leste)

«A cada vaga de repressão sucede-se um novo incremento da luta»

(Um timorense, ex-prisioneiro)

As forças armadas indonésias controlam finalmente todas as vilas e aldeias. Julgando ter atingido o essencial do seu objectivo no terreno a Indonésia volta-se para o exterior para refazer a sua imagem. Organiza um recenseamento para desmentir as informações de que teria perpetrado um genocídio em Timor-Leste.

O recenseamento efectuado por Portugal em 1974 tinha contado 650.000 habitantes. O jornalista americano Rod Nordland do *Philadelphia Enquirer*, prémio *Pulitzer* por uma reportagem efectuada em Timor, faz ressaltar que em 1974 o governo português pedia aos habitantes que se deslocassem para os centros, para aí serem recenseados, e alguns dos que viviam nas montanhas não empreendiam a viagem. Foi por esta razão que a população foi então estimada em 680.000 habitantes.

Pelo contrário, em 1980 a Indonésia está interessada em apresentar um número elevado, contando evidentemente os funcionários e comerciantes indonésios, que chegaram depois dos militares. Segundo os indonésios, em 1980, os habitantes de Timor-Leste são 555.350, o mesmo número, dizem eles, que 6 anos antes. Na realidade este número significa uma queda brutal de mais de 100.000 comparado aos 680.000 de 1974; mas uma alta personalidade indonésia teria mesmo confiado a Jim Dunn, presidente da Comissão dos Direitos do Homem do Parlamento Australiano, que o número aferido no recenseamento de 1980 não ultrapassava os 400.000 habitantes. *(Declaração de Jim Dunn perante o Tribunal Permanente dos Povos, 1981).*

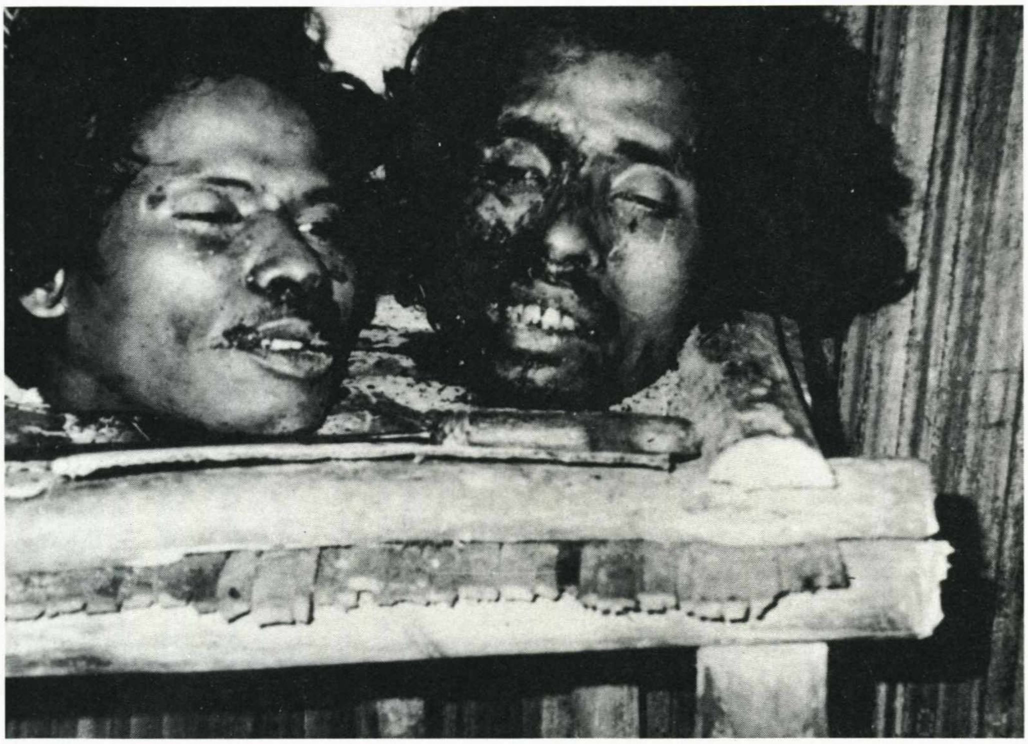
A Igreja Católica de Timor-Leste contestou os números avançados pelos indonésios e Monsenhor Costa Lopes, administrador apostólico da diocese, pediu aos padres que efectuassem o seu próprio recenseamento nas paróquias. O resultado obtido foi de 425.000 habitantes, uma perda de 255.000 em seis anos, sem levar em conta a alta taxa de crescimento demográfico dos timorenses.

No ano seguinte, tendo sido convidados a participar num encontro dos Superiores religiosos católicos da Indonésia, os religiosos de Timor-Leste apresentam a esta assembleia um documento onde declaram:

«A tragédia do povo de Timor-Leste que se prolongou ao longo destes seis anos fez um número de vítimas superior a 200.000 pessoas.
Devemos concluir que o exército indonésio que libertou a Indonésia do poder colonial duma maneira que causou espanto, não libertará nunca o povo de Timor-Leste da sua condição colonial para a autonomia e independência nacional porque a sua situação e realidade são muito diferentes.
O que se produziu durante os últimos cinco anos é significativo: invasão, guerra, pilhagem, destruição da população indígena, sujeição territorial, exploração colonial, expulsão da população indígena que é substituída por pessoas doutras ilhas, ocupação militar, tentativas de mobilização maciça das pessoas (entre os 12 e os 55 anos) para que façam a guerra entre elas.
Actualmente, como aliás desde o início, a vontade do povo de Timor-Leste é ter o direito a escolher o seu próprio futuro, e não os massacres efectuados pelos seus vizinhos.» *(Reflexão colectiva dos religiosos de Timor-Leste, 31/7/81).*

O genocídio não vergou os timorenses. Para grande espanto dos ocupantes, a 10 de Junho, aniversário da festa nacional portuguesa, as instalações da rádio e de duas casernas de Dili são atacadas por homens armados. O ataque foi desencadeado por habitantes de Dili que o exército indonésio julgava submetidos. A reacção das forças de ocupação é violenta. Um timorense que esteve aprisionado no Comando Militar 'Mes Korem' após estes acontecimentos descreveu a vida nas prisões:

«Eis alguns dos métodos de tortura aplicados aos prisioneiros políticos: choques eléctricos; pôr os



dedos dos pés sob os pés de cadeiras onde se sentam até arrancar as unhas; levantar pesos durante horas a fio, ao calor; chicotadas; murros no estômago e no peito até o sangue correr pelo nariz e pela boca; queimaduras de cigarros na cara e no sexo, tanto dos homens como das mulheres; durante a noite 'elas' são vítimas de torcionários animalescos de tal maneira que várias saíram das prisões com filhos. Arrancam-nos os crucifixos do pescoço e mandam-nos espezinhá-los; quando recusamos chovem os murros e pontapés.

Após dois meses e meio deste inferno, conduziram-nos à prisão central de Caicoli. Aí, todas as terças-feiras, pelas 9 horas da noite, levaram em grupos de 5 a 10, cerca de uma centena de companheiros. Não sabemos se estão vivos ou mortos.

Em todo este ciclo, solidifica-se a vontade cada vez mais firme de lutar pela libertação nacional, para a construção de um Timor melhor para os seus filhos. A cada vaga de repressão sucede um incremento na luta. É um povo inteiro que resiste» *(Mes Korem, 28/2/85).*

A Assembleia Geral...

- Profundamente preocupada pelos sofrimentos que as hostilidades que continuam no Território vão causando no povo de Timor-Leste; (...)
- Acolhe com satisfação a iniciativa diplomática tomada pelo governo português que marca um primeiro passo no caminho para o livre exercício pelo povo de Timor-Leste do seu direito à autodeterminação e à independência, e pede instantemente a todas as partes directamente interessadas que cooperem com vista a criar as condições necessárias à aplicação rápida da resolução 1514 (XV) da Assembleia geral (...)

(Assembleia geral da ONU - Resolução 35/27, 11/11/80)

1981 NOVO IMPULSO DA RESISTÊNCIA

«A população é obrigada a servir de escudo às tropas indonésias... por todo o lado se sente um novo impulso da resistência»

(um padre)

«Sinto-me na imperiosa necessidade de denunciar o genocídio para que, se morrermos, o mundo saiba pelo menos que morremos de pé»

(Monsenhor Costa Lopes)

Após ter reagrupado a quase totalidade da população nas vilas e nos campos vigiados, o exército indonésio quer dominar também os espíritos. A repressão torna-se mais selectiva procurando eliminar todos os que podem ser portadores ou continuadores do espírito de resistência: os alvos privilegiados são todos os que receberam uma certa instrução e os que têm família no mato.

«A erradicação da classe intelectual está nos propósitos do invasor. Praticamente todas as pessoas instruídas foram eliminadas ou estão em vias de o ser» *(carta de um padre, Jan.81).*

« No posto de Uatolari, no distrito de Viqueque, todos os rapazes que tinham como formação mínima o segundo ano de instrução primária foram exterminados» *(Relatório da resistência, Jul.81).*

As famílias de resistentes são particularmente visadas: quatro mil pessoas que tinham a família no mato são deportadas para a ilha de Ataúro, uma pequena ilha situada ao norte de Dili, onde muitos morrerão de fome. A Indonésia repatriará a maior parte dos deportados em 1984 porque Ataúro se transformou numa montra de exposição das violações dos direitos do homem e suscitou pressões das organizações humanitárias e de vários governos.

Para convencer os timorenses de que a resistência é inútil, o comando militar decide empreender uma grande operação militar na qual participarão todos os timorenses do sexo masculino com idades entre os 12 e os 55 anos. Formam, assim, imensos cordões humanos obrigados a participar no cerco das zonas em que a resistência conduz a guerrilha. O objectivo dos indonésios é que a população timorense seja ao mesmo tempo testemunha e responsável pelo aniquilamento da resistência.

Entre 30.000 e 50.000 homens (segundo as fontes) formam:

«vários círculos com os diversos batalhões e a população obrigada a servir-lhes de escudos... linhas de população e linhas de tropas indonésias, em círculo, em redor dos núcleos da resistência da guerrilha.

Formaram, em torno do Monte de Santo António, vários círculos. Muitas testemunhas contam que, a certa altura, os guerrilheiros da Fretilin se aproximaram da população e lhes disseram que não queriam lhes fazer mal e que se retirassem porque eram os indonésios que eles esperavam. A maior parte das pessoas dizia que a Fretilin tinha armas potentes e que atemorizavam os tipos (indonésios). Mas a população não se podia mexer. Os tipos diziam à população: 'vocês vão ser mortos ou por uns ou por outros, por eles ou por nós'. Os guerrilheiros da Fretilin diziam então à população: 'nós lutamos pelo povo e não contra o povo'. E muitos foram mortos quando já não podiam fazer fogo sem atingir o seu povo. Este episódio parece ser um dos factos mais marcantes na memória de todos os que foram lá e que regressam agora.»

«Os membros da população da montanha e da resistência que não conseguiram escapar ao cerco foram pura e simplesmente massacrados à frente de toda a gente, por rajadas de armas de fogo, facadas; crianças do todas as idades eram desmembradas, as mulheres grávidas desventradas e os bebés que iam nascer esmagados ou cortados em pedaços. Testemunhas contam que mesmo alguns soldados indonésios choravam».

«Um fenómeno que por estes dias verifico, e que é impressionante, é que não se nota nenhuma diminuição na determinação dos timorenses, seja por

causa das deportações degradantes, seja por causa da brutalidade dos recentes massacres... Pelo contrário, sente-se, por todo o lado, um novo vigor quer das energias quer da determinação para a resistência e para a luta pela independência; é a conclusão a que se chega escutando jovens e velhos... nestes últimos dias» *(diário de um missionário, Set.-Out. 1981).*

A 13 de Outubro, Monsenhor Costa Lopes denuncia publicamente o massacre do Monte de Santo António: ***«A 13 de Outubro de 1981, perante uma multidão calculada entre 12.000 e 15.000 pessoas, julguei oportuno denunciar pela primeira vez a morte de 500 timorenses que, mal se tinham rendido, foram cruelmente assassinados».***

Após a cerimónia o chefe da diocese é convocado pelo comandante militar que o censura pelas suas palavras. Monsenhor Costa Lopes responde: ***«Sinto-me na imperiosa necessidade de denunciar ao mundo inteiro, como o fiz esta tarde, o genocídio que se pratica em Timor, para que, se morrermos, o mundo saiba pelo menos, que morremos de pé»*** *(testemunho escrito de Monsenhor Costa Lopes).*

A Assembleia geral...

- **Profundamente preocupada com os sofrimentos do povo de Timor-Leste e com as informações sobre a situação dramática devida à fome que, novamente, atinge o Território (...)**
- **Lembrando o comunicado do Conselho de Ministros de Portugal, publicado em 12 de Setembro de 1980, no qual a potência administrante compromete-se a desenvolver um vasto programa com vista a assegurar integral e rapidamente a descolonização de Timor-Leste (...)**
- **Pede a todas as partes interessadas, a saber Portugal na sua qualidade de potência administrante, e aos representantes do povo de Timor-Leste, bem como a Indonésia, para colaborar plenamente com a Organização das Nações Unidas com vista a garantir ao povo de Timor-Leste o pleno exercício do seu direito à autodeterminação.**

(Assembleia geral da ONU - resolução 36/50, 24/11/81)

1982 VIGILÂNCIA GENERALIZADA

«A resistência continua a existir graças aos habitantes que a apoiam»

(Documentos militares indonésios)

«Há que vigiar..., seguir..., proibir..., verificar...»

(Idem)

Dois documentos militares indonésios, capturados pela guerrilha, saem de Timor. A Amnistia Internacional encarregou-se de estabelecer a sua autenticidade. Não poderia existir melhor prova da resistência do conjunto da população timorense perante os ocupantes.

Estes dois cadernos de recomendações destinadas aos militares indonésios em missão em Timor-Leste revelam o que o comando militar pensa do GPK, iniciais indonésias do 'Movimento de Desestabilização da Segurança', nome que os ocupantes dão à resistência timorense:
«Os membros do GPK são filhos do povo e representam as aspirações do povo (...) têm um espírito de combate muito militante e agem com segurança, espírito de sacrifício e rapidez».

Quanto aos timorenses recrutados pelo exército indonésio:
«Aparentemente são membros do exército indonésio mas, na verdade, continuam a ser simpatizantes do GPK».

O mesmo se passa com a população civil:
«É um facto que o GPK continua a existir graças aos habitantes que, nas zonas pacificadas *(isto é, controladas pelo exército indonésio na linguagem des-te)* ***lhe dão apoio logístico, informações e esconderijos».***

Aos militares resta vigiar e reprimir; os documentos dão, sobre estas matérias, instruções significativas:
«Há que fazer listas de todos os aldeãos, sobretudo dos que, no passado, apoiaram a Fretilin;
Há que vigiar os funcionários que, uma vez ou outra, se exprimem de maneira negativa;
É preciso seguir as pessoas que ainda têm relações com o GPK através de métodos de vigilância quotidiana:
Há que fazer uma lista completa dos habitantes das aldeias mencionando a ocupação de cada um deles;
Há que nomear um informador por cada dez famílias;
Há que proibir os habitantes de irem trabalhar sozinhos para os campos;
Há que verificar de entre a população de cada aldeia quais os que ainda estão no mato, tomar nota dos seus nomes, idades, indicação do local onde se encontram a sua esposa, irmãos, filhos...».

As medidas de vigilância são insuficientes e conduzem, naturalmente, a outras mais violentas, buscas, detenção de suspeitos e torturas:
«Para que as buscas atinjam o seu resultado é preciso que o plano seja secreto;
Durante as rusgas as pessoas não devem mexer-se, senão são consideradas membros do GPK;
Se a busca é feita de noite os que saem são considerados como membros do GPK que fogem».

Se os prisioneiros ou suspeitos se mostram «***casmurros***» quando são interrogados ou se «***dão respostas vagas e pouco claras***» poderão ser utilizados processos «***duros***» ou «***brutais***». Nestes casos, «***ninguém deve saber, para evitar a antipatia da população***». «***É preciso evitar as fotografias que mostram torturas***»
(Kodim 1628/06, Baukau, Timtim, Baurah).

Em Dezembro um Padre escreve:
«As prisões e os desaparecimentos continuam ao mesmo ritmo. Nas zonas de Ainaro, Same, Alas, centenas de pessoas foram presas, desapareceram, foram massacradas(...)
Aldeias e escolas são reduzidas a cinzas perante a angústia dos missionários que as haviam construído: centenas e centenas de pessoas chegam ainda agrilhoadas à ilha de Ataúro.
Cenas macabras, especialidade javanesa em Timor-Leste: cortar as cabeças e expô-las em público; o comandante aparece para dar solenidade ao acto e fazer-se fotografar entre os despojos; arrastar os cadáveres pelas ruas das povoações, puxados por uma viatura e, depois, queimá-los perante a população reunida no mercado; queimar pura e simplesmente as pessoas vivas, como fizeram recentemente em Ainaro.
Em Manatuto, a 11 de Novembro último, pelas três horas da tarde, os comandos indonésios apresentam à população 3 ou 4 cabeças cortadas; um militar levanta uma destas cabeças que parece ser duma

rapariga, levanta-a pelas tranças; depois, um outro militar avança para a cabeça e espeta-lhe um punhal; em seguida, gira o punhal para alargar o buraco, retira a lâmina, agarra na cabeça e bebe esta mistura de sangue e cérebro... é isto o que se passa em Timor, é isto o que faz o exército regular indonésio» *(Carta, 28/12/82).*

A Indonésia continua a afirmar que entrou em Timor para ajudar uma população miserável. O mesmo missionário contesta este argumento:

«Se o povo de Timor-Leste é um povo pobre, porque é que continuam a pilhá-lo há 7 anos?

Se é um povo com fome, e é, porque é que forçaram a sua concentração em povoações artificiais à beira das estradas, longe das suas hortas, campos e plantações?

Se é um povo analfabeto... porque é que assassinaram em massa os que tinham instrução; porque é que massacraram prioritariamente os estudantes sob o pretexto que eram comunistas...

Se o povo está contente com a integração, se deseja ser colónia indonésia, que fazem aqui tantos batalhões de elite dos diferentes ramos das forças armadas, polícia, e um aparelho colossal de pessoas pagas para escutar e seguir de perto, de noite e de dia, o mais simples dos habitantes?

Que significam os inumeráveis carros, viaturas e motocicletas de matrícula militar que rodam continuamente nas ruas e nas estradas?

Se o povo está contente e se o seu problema está resolvido com a anexação, que fazem todos os tanques que patrulham as ruas de Dili à noite?» *(carta, 28/12/82).*

Neste ambiente de vigilância e medo das represálias, poucos são os que podem exprimir-se, mesmo perante visitantes estrangeiros. O dirigente da Igreja católica de Timor-Leste é excepção e não falta de o fazer perante os membros duma missão do Conselho Ecuménico das Igrejas que em 1982 obtiveram uma rara autorização para visitar Timor-Leste. Sempre acompanhados pelos oficiais de segurança indonésios, os membros da missão não conseguiram separar-se deles, nem mesmo na sua visita a Monsenhor da Costa Lopes.

> **«O dirigente da Igreja católica de Dili não hesitou em falar na presença dos oficiais de segurança e ousou criticar os aspectos negativos da política do governo indonésio, concluindo que o problema de Timor-Leste não é um problema militar mas um problema político e humanitário e, por consequência, não pode ser resolvido aos tiros».**
>
> *(relatório de missão do Conselho Ecuménico das Igrejas, 1982)*

1983 CONVERSAÇÕES E ULTIMATO

O coronel Purwanto, comandante militar de Timor, propõe negociações, mas o general B.Murdani põe-lhes fim.

«O nosso exército está pronto para destruir-vos»

(General B. Murdani, mensagem a Xanana Gusmão)

Em Março de 1983, o coronel Purwanto, comandante militar de Timor-Leste, propõe negociações à guerrilha que tinha aumentado fortemente a sua actividade. No seio das Forças Armadas indonésias houve mesmo sinais de frouxidão e de rebelião. Mons. Costa Lopes afirma:

«Em 1981, perto de Bazartete, a poucos quilómetros de Dili, muitos militares indonésios, após terem entregue as suas armas à Fretilin, recusaram de um modo firme combater. Foram, por isso, todos condenados por um tribunal militar 'ad hoc' » *(Monsenhor Costa Lopes, Diário de Notícias, Lisboa, 3/7/83).*

Propor negociações, oferecer condições favoráveis aos líderes e deixar a situação apodrecer é, sem dúvida, a ideia das autoridades de ocupação. O general Yusuf, então Ministro da Defesa, recorda-se de que, 20 anos antes, quando era comandante militar em Sulawesi, utilizou esta estratégia para pôr fim ao movimento separatista desta ilha indonésia.

Xanana Gusmão aceita conversações preliminares, que têm lugar a 21 e 23 de Março em território controlado pela resistência. Uma bandeirola 'R.D.T.L.' (República Democrática de Timor-Leste, nome adoptado aquando da declaração unilateral de independência proclamada alguns dias antes da invasão) e a bandeira da Fretilin, que dominam o cenário, desmentirão mais tarde a tese indonésia segundo a qual estas conversações visavam a rendição da guerrilha. Durante as conversações, Xanana Gusmão põe duas condições prévias à realização de negociações sobre a questão de fundo: um cessar-fogo e informação ao Secretário geral das Nações Unidas sobre as negociações.

O Coronel Purwanto apoia sem dificuldade o cessar-fogo; espera que, retomando o contacto com as suas famílias e a vida normal, os guerrilheiros abandonarão a luta. Quanto a informar o Secretário geral da ONU, diz ele, isso depende do governo de Jacarta, e pede para esperar a resposta. Os indonésios aproveitam o cessar dos combates para divulgar a ideia de que os timorenses abandonaram a luta. Uma missão parlamentar australiana convidada a visitar Timor apoia a tese indonésia. Bill Morrison, que dirige a missão, recusa acompanhar guerrilheiros desarmados que interceptam a sua viatura e o convidam a visitar um campo próximo onde o esperam os líderes da resistência, mas redige um relatório elogiando os militares indonésios ***«que utilizam a persuasão em vez das armas»***.

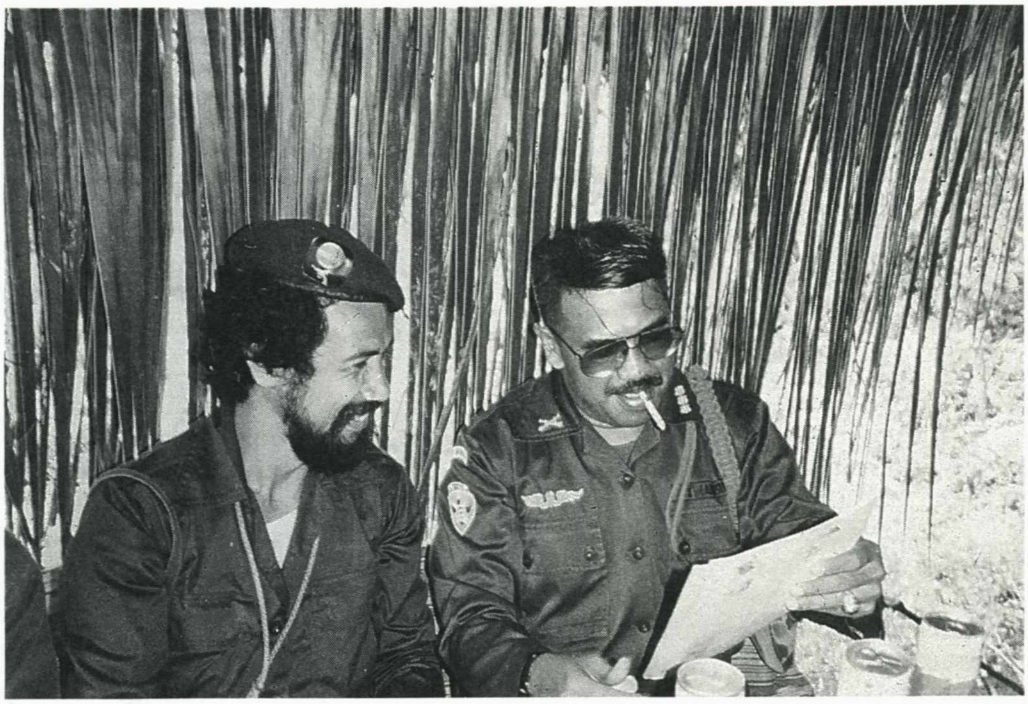
Os timorenses tinham as maiores dificuldades em comunicar com o exterior. As primeiras informações sobre um acordo de cessar-fogo são categoricamente desmentidas pela Indonésia e aos timorenses faltavam meios para provar tanto o cessar-fogo como as conversações. Uma oportunidade surge inesperadamente em consequência de um pedido de demissão que o governo de Jacarta havia dirigido ao Vaticano dois anos antes, na sequência das denuncias públicas feitas pelo bispo contra o massacre do Monte Santo António. A aceitação da demissão de Monsennhor Costa Lopes pelo Vaticano só chegou em Maio de 1983, permitindo que, quando deixa Timor, seja portador não só da confirmação mas sobretudo das fotografias que provam a existência das negociações.

Em Junho, o general Benny Murdani, entretanto nomeado Comandante-em-chefe das Forças Armadas indonésias, lança um ultimato à resistência timorense. Numa mensagem a Xanana Gusmão afirma:

«o nosso exército está pronto para destruir-vos se não estiverem dispostos a cooperar com a nossa República» *(Jun.83)*, e fixa o mês de Agosto como prazo limite para a rendição.

Alguns guerrilheiros que, segundo os termos do cessar-fogo, tinham voltado desarmados às aldeias são abatidos por militares indonésios. Embora se trate de casos marginais, fazem fé das ameaças de Murdani.

Em Agosto a direcção da resistência antecipa a data limite do cessar-fogo e dá indicações às milícias timorenses, armadas pela Indonésia, para se juntarem à resistência



no mato. A Indonésia leva a efeito operações de represálias de que o caso da Cráras/Bibiléu é exemplar. A milícia de Cráras, campo onde estavam reagrupadas populações de diversas aldeias do suco de Bibiléu, resolveu juntar-se à guerrilha. Antes de o fazer, matam os soldados do pelotão indonésio e recuperam as suas armas. Nos dias seguintes o exercito indonésio massacrou a maior parte da população, indefesa, e os sobreviventes são levados para uma nova aldeia-campo em Klalerek-Mutin.

Um Padre que, mais de um ano depois, conseguiu visitar Klalerek-Mutin escreve:

Alguns números sobre Klalerek-Mutin:

Concentrados em Klalerek-Mutin:		**1983**
Número de mortos		**1278**
Desaparecidos		**56**
Viúvos		**46**
Viúvas		**122**
Órfãos de pai e mãe:	**rapazes**	**25**
	raparigas	**27**
Órfãos de pai:	**rapazes**	**43**
	raparigas	**181**
Assistência Sanitária:	**médica**	**Nenhuma**
	enfermeiros	**Nenhum**
	medicamentos	**Nada**

Para trabalhos de agricultura receberam:	**Alavancas**	**6**
	Catanas	**10**
	Picaretas	**20**
Sementes:	**Milho**	**6 sacos**
	Arroz	**9 sacos**

Doenças:
beribéri, paludismo, feridas, tosse, pneumonias, tuberculose, raquitismo, fraqueza.

Situação de fome e miséria extremas.

Novembro de 1984

1984

ALDEIAS ESTRATÉGICAS – A FOME COMO ARMA

Por razões militares as populações não podem sair dos campos. Os serviços de guarda e os trabalhos impostos pelos militares deixam pouco tempo e forças para os trabalhos agrícolas indispensáveis à subsistência.

Com o fim de isolar a guerrilha, o exército indonésio mantém a população em campos vigiados e impede os habitantes de saírem ou de circularem livremente. Sendo a principal função dos campos, estratégica, foram criados ao longo das estradas ou em lugares que favoreciam a sua vigilância e sem grande preocupação pelos recursos agrícolas disponíveis no local. As populações obrigadas a deixar as terras de cultura na proximidade das quais se haviam estabelecido só dispõem, muitas vezes, de terras pouco aptas ou mesmo impróprias para a agricultura. O arroz, base tradicional da alimentação teve de ser substituído pelo milho cuja cultura é menos exigente.

Além da qualidade das terras há também uma diminuição da sua quantidade, e isto por várias razões:

- a primeira é, uma vez mais, a da vigilância. Os militares limitam o espaço que pode ser cultivado a uma cintura em volta das habitações, maior ou menor conforme a configuração do terreno ou a actividade da guerrilha na zona. A largura desta faixa varia entre os 50 metros e os 2 quilómetros; as suas medidas mais frequentes situam-se entre 200 e 500 metros.

- a segunda razão que limita a extensão das terras cultivadas encontra-se na falta de mão-de-obra. A maior parte dos homens havia sido morta. Os que sobreviveram eram obrigados a assegurar a guarda dos campos-aldeias todas as noites ou mesmo a participar em operações militares como carregadores, guias ou escudos... Estes homens, e mesmo as mulheres, eram ainda obrigados a executar numerosos trabalhos, supostamente de interesse comum (por exemplo a construção das estradas) ou ao serviço dos ocupantes. Após todas estas guardas e trabalhos sobejava pouco tempo e forças para cultivar.

Relatórios, enviados clandestinamente para fora de Timor, sobre a situação nalguns destes campos, ilustram esta situação:

Nos campos de Sepelata, Irafalai, Fuiloro e Txauluturo: ***«o controlo das saídas e entradas é feito na casa do 'babinsa'*** *(autoridade militar do campo)*. ***As saídas são às 8 horas e o regresso às 12 ou 13 horas. Quase todos os dias soa, de surpresa, o sinal de inspecção decidido pelos «babinsas» para reunir a população e verificar se alguém saiu ou entrou sem passar pelo controlo.***

A população é obrigada a trabalhar todos os dias na construção de estradas sem receber compensação pelo seu trabalho. Mas antes de partir para o trabalho na estrada deve fazer a limpeza em volta dos postos militares entre as 6 e as 9 horas da manhã.

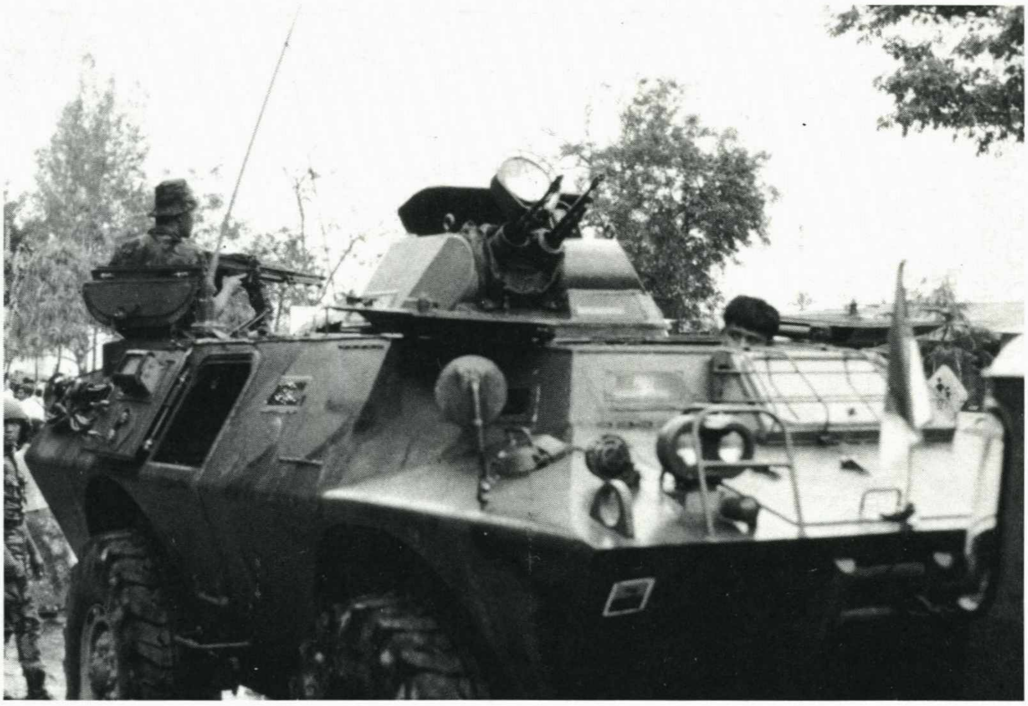
A população sai, por vezes, dos campos para ir buscar nozes de coco ou kumbilis (tubérculo comestível) nas zonas das antigas aldeias abandonadas. Mas é sempre acompanhada por uma secção do batalhão 312. No regresso, cada uma das pessoas que saiu deve dar aos militares dois cocos e os outros produtos alimentares de que eles têm necessidade.

A população destes 4 campos sofre de fome desde o mês de Maio. Em Sepelata 11 famílias têm somente uma caixa de milho, algumas têm meia caixa, a maior parte não tem nada para comer. Na 'Missão' (Fuiloro) 25 famílias têm ainda uma caixa, algumas têm uma meia caixa, a maior parte já não tem nada. Em Txauluturo 6 famílias têm uma caixa, a maior parte sofrem de fome. A falta de terras cultiváveis e a falta de produtividade das terras cultivadas são as causas da fome.

Um outro campo dos mais atingidos em 1984, onde há pessoas a morrer de fome, é o de Mehara e Porlomano. Sem produção e sujeita a rigorosas medidas de vigilância, a população alimenta-se de folhas da floresta quando as forças de ocupação lhe permitem sair ou quando são obrigadas a ir em busca de guerrilheiros.

Uma vez que não há nada para comer, quando não há sinais da presença de guerrilheiros, juntam todos os que têm de ir à floresta procurar tubérculos espontâneos e cortar as folhas e nozes de coco para poderem sobreviver.

A mesma coisa se passa em Luro, Quelicai, Venilale, Loibulu, Laleia e muitos outros. Em Iliomar a população é obrigada, por causa da fome, a abater os coqueiros



das imediações da porta (do campo) para poder comer a parte tenra. Em Tutuala a população das quatro aglomerações de Pitileli está fechada para maior segurança no espaço estreito da aldeia, sem casas nem coqueiros. Ao longo da linha de Mehara a Txauluturo também já não há nada para comer» *(Documento da resistência, Janeiro de 1985).*

«Eles dizem que não há fome em Timor mas em Iliomar durante o mês de Janeiro 110 pessoas morreram de beribéri» *(carta de um cristão de Viqueque a Monsenhor Costa Lopes, 2/3/85).*

Na região de Dili as famílias devem, apesar das suas próprias carências, dar 20% da sua produção para a alimentação das forças militares.

Apesar desta extrema miséria a população consegue ainda ajudar a resistência armada: o novo administrador apostólico nomeado pela Santa Sé declara a um jornalista que o exército indonésio:
«aterroriza a população exercendo represálias contra as povoações que fornecem alimentos à Fretilin, (...) fazem execuções sumárias perante a população para servir de exemplo» *(AFP, 1984).*

«Timor aspira à plena expressão da sua individualidade própria, e impedir-lha traduz-se, não apenas num genocídio físico, mas num genocídio, digamos 'cultural', este mais grave que o primeiro, porque afecta tanto os que morrem como os que sobrevivem, e não só as gerações presentes como as futuras»
(nota do conselho permanente da Conferência Episcopal portuguesa, 28/3/84)

1985 CONTROLO DOS NASCIMENTOS / SAÚDE

«131 postos de saúde»

(Ali Alatas, embaixador junto da ONU)

«183 postos de planificação familiar»

(Dr. Gorde, director da planificação familiar em Dili)

Num território fortemente atingido por uma baixa brutal da população e sujeito a condições de saúde deploráveis, o governo indonésio consagra mais recursos para o controlo dos nascimentos do que para a saúde. Curiosamente, obteve para tal, o apoio do Banco Mundial.

O Banco Mundial, que apoiava o controlo dos nascimentos na Indonésia, anuiu em apoiar a sua extensão a Timor-Leste sem ter em conta as circunstâncias particulares deste território ocupado, e financiou em 90% a construção do Centro de Planificação Familiar de Dili e, depois, os centros de cada Distrito. Só a construção do Centro em Dili (648 milhões de rúpias em 1985) custou tanto como um ano do orçamento para a saúde.

Desde 1983 que Monsenhor Costa Lopes, bispo católico de Dili, vinha denunciando que:
«homens e mulheres são esterilizados sem mesmo serem informados quando, por qualquer motivo, são submetidos a uma intervenção cirúrgica».

Em Março de 1985, Monsenhor Belo, o sucessor de Monsenhor Costa Lopes, critica a planificação familiar tal como é conduzida pela Indonésia:
«Ela consiste simplesmente em ir de aldeia em aldeia e distribuir sem discriminação os meios contraceptivos (pílulas, injecções e outros). Não dão nenhuma informação prévia às populações; administram injecções a mulheres não prevenidas. Deploramos, discordamos e reprovamos uma planificação familiar que não informa as populações».

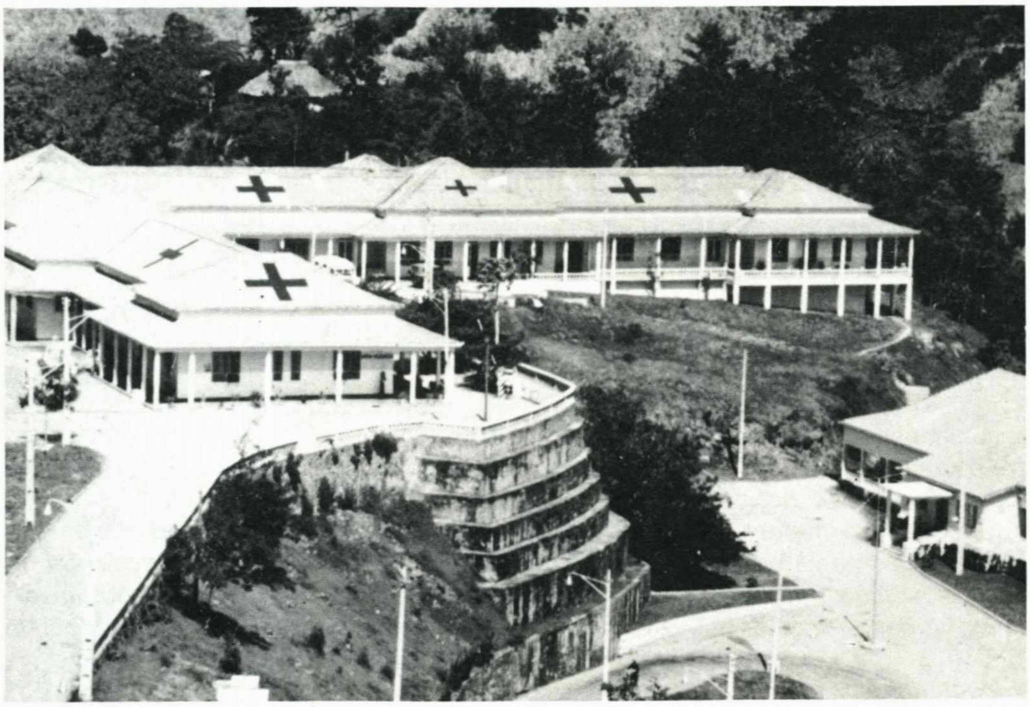
Na inauguração do Centro de Planificação Familiar de Dili, o seu director, o Dr. Gorde, indonésio, revela que existem em Timor-Leste 183 postos de planificação familiar para 442 povoações. Na mesma época, para mostrar o empenho do seu Governo na área da saúde, Ali Alatas, então embaixador da Indonésia junto da ONU, afirma que existem no território 131 postos de saúde. A Indonésia dá, pois, mais importância à planificação familiar do que aos cuidados elementares de saúde! Esta prioridade é tanto mais inquietante quanto, se Timor-Leste tem um problema demográfico, ele resulta da diminuição da população e não do seu crescimento. Em 1980, Urip Widodo, Ministro indonésio da mão-de-obra e da transmigração havia declarado:
«É impossível desenvolver esta Província com o pequeno número de pessoas que aí vivem».

Em 1986, a Assembleia europeia das Associações de Planeamento Familiar, reunida em Londres, pede esclarecimentos à sua congénere indonésia sobre a planeamento familiar em Timor-Leste. A IPPA (Indonesian Parenthood Planed Association) limita-se a transmitir estatísticas oficiais.

Fica-se assim a saber que:
Proporcionalmente, a Indonésia gasta mais dinheiro com o planeamento familiar em Timor-Leste do que na Indonésia: mais do dobro por família em idade de procriar e perto de cinco vezes mais por casal aderente ao planeamento.

Os funcionários dos serviços de planeamento familiar são, proporcionalmente, em número mais elevado em Timor do que na Indonésia, mas eles realizam menos sessões públicas (1/4), menos visitas aos chefes das aldeias (1/4) e menos visitas domiciliárias (1/15).

Quanto aos métodos contraceptivos usados, pelas mulheres timorenses, o relatório da associação indonésia revela que as injecções ocupam o primeiro lugar (57%) bem a frente da pílula (29%) e do dispositivo intra-uterino (10%). Curiosamente a IPPA não forneceu neste ponto os números que dizem respeito à Indonésia e que poderiam permitir comparações. Como estes números globais são conhecidos por outras fontes, o Diário de Notícias publicou-os em Novembro de 1985, é portanto possível fazer a comparação que a associação indonésia não quis facilitar. Na Indonésia a pílula vem à frente (65% dos casos), seguida do dispositivo intra-uterino (27%) e dos outros métodos (8%). Nestes 8% encontram-se os 'implantes' subcutâneos, um método usado na Asia, e as injecções. Os métodos usados em Timor-Leste e na Indonésia são assim totalmente diferentes: 57% de



Hospital de Dili, construído pelos portugueses. Convertido em hospital militar pelos indonésios.

injecções de Depo-Provera em Timor-Leste e cerca de 5% na Indonésia.

Informações recolhidas em Timor-Leste permitiram saber que todas as mulheres timorenses são obrigatoriamente possuidoras dum cartão no qual são registadas as injecções e ingestões de pílulas e onde está inscrita a data da próxima acção a realizar neste domínio. Na data indicada no seu cartão, cada mulher deve apresentar-se no posto de planeamento familiar onde lhe será administrada a injecção ou fornecidas as pílulas. Em muitos casos a pílula deve ser ingerida na presença do funcionário.

Em 1991, o bispo de Dili tendo protestado publicamente contra uma nota governamental que associava a Igreja Católica timorense ao planeamento familiar indonésio, mulheres de Liquiça rasgaram os seus cartões de controlo... mas, nem mesmo assim, conseguiram eximir-se ao cumprimento do programa.

Quanto às condições no sector da saúde, em Agosto de 1989 o governador M Carrascalão declarava, perante o Parlamento indonésio e em contradição com estatísticas oficiais, que ***«a malária é ainda importante«*** e que ***«70% da população sofre de tuberculose».***

> **«Considerando a profunda redução da população em Timor-Leste durante estes últimos 11 anos e o facto de que o território tinha já uma fraca densidade populacional antes da invasão indonésia, qual é a justificação para este programa de controlo dos nascimentos? O que é que foi feito até ao presente momento para se ter a certeza de que os timorenses estão ao abrigo da coacção, do abuso, ou pior ainda?»**
>
> *(Carta de 40 senadores americanos ao Secretário de Estado Georges Schultz, 27/7/87)*

1986

A COLONIZAÇÃO INDONÉSIA

Proporcionalmente há 20 vezes mais militares em Timor-Leste do que na Indonésia.

«Os timorenses tornam-se cidadãos de segunda classe no seu próprio país»

(Mons. Belo)

Em Julho de 1986 a Indonésia lança uma nova ofensiva militar generalizada. Um timorense escreve: ***«chegados no transporte de tropas 509, três batalhões desembarcaram em Dili no dia 5 de Setembro, depois, em carros militares eles dão várias voltas na cidade para semear o terror no seio da população e finalmente partem em direcção às montanhas»*** *(carta de 26/9/86).*
No total, afirma a mesma carta, ***«50 batalhões»*** estão no terreno.

Em média, no decorrer dos 20 anos passados sob ocupação, o número de militares indonésios presentes em Timor-Leste foi superior a 20.000 para uma população de cerca de meio milhão de timorenses. Isso representa 40 militares para 1000 habitantes, 20 vezes mais do que na Indonésia onde este número é de 2 por 1000, número já de si elevado.

A este número de militares é preciso acrescentar cerca de 100.000 civis indonésios, agricultores e, sobretudo, funcionários públicos e comerciantes.

Os agricultores vieram em geral em cumprimento de planos de transmigração. A transmigração é um plano aplicado em toda a Indonésia que tem por fim oficial transferir populações das ilhas mais povoadas (Java, Bali...) para as menos povoadas. Na realidade tem muitas vezes objectivos que relevam mais da colonização e submissão dos territórios mais afastados e menos identificados com o regime. Em 1985, o Ministro da transmigração anunciou que preparava a implantação nas ***'zonas perturbadas'*** como... Timor-Leste, a parte oeste de Sumatra e sobretudo Irian-Jaya, de locais de transmigração do modelo ***'Sapta Marga'***, quer dizer que uma parte dos transmigrantes serão militares e as suas famílias.

Chegados no encalço da tropa, os funcionários e comerciantes ocuparam os melhores postos e gozam de facilidades que não são dadas aos timorenses. Vivendo em território conquistado, estes civis indonésios sentem-se na dependência dos militares e funcionam muitas vezes como agentes informadores.

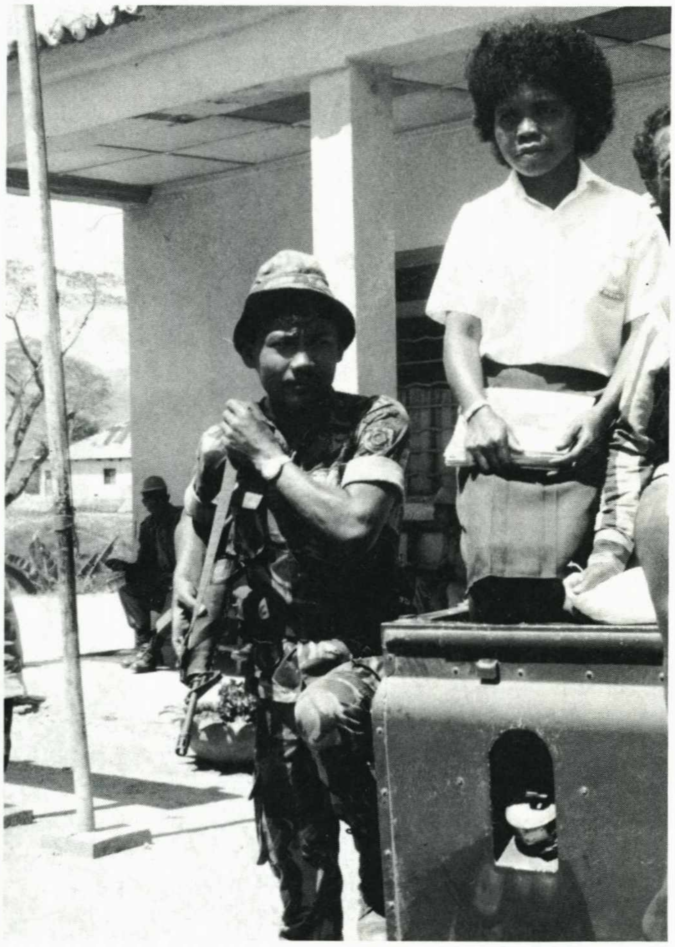
A presença e influência dos indonésios é tal que, já em 1984, Monsenhor Belo declarava à agência France-Presse:
«Receio uma javanização de Timor-Leste. Em Dili perguntamo-nos muitas vezes: onde estão os timorenses? (...) A Indonésia recomeça a colonizar-nos (...) os timorenses tornar-se-ão cidadãos de segunda classe no seu próprio país» *(France-Presse, Jul.84).*

Na Indonésia o poder apoia-se sobre o que é chamado o «tripé»: o exército, a polícia e a administração civil. Dois dos três pés são portanto militarizados, mas nas zonas consideradas como tendo problemas de segurança, a influência dos militares invade mesmo o sector da administração civil e sobrepõe-se aos poderes dos funcionários civis.

Para efeitos de propaganda a Indonésia nomeou alguns timorenses para postos de chefia na administração do território. O posto de Governador da «Província» , o mais elevado, foi sempre ocupado por um timorense, mas os poderes destes timorenses são reduzidos. Mário Carrascalão, embora fosse o 'Governador' de Timor-Leste, viu recusado um pedido que fez para visitar um timorense seu conhecido, preso e torturado pelos militares em Dili.

Em 1991 o vice-director dum serviço público vangloriava-se perante um visitante estrangeiro de ter conseguido fazer admitir no seu departamento 50% de funcionários timorenses mas acrescentava que, em relação ao poder no interior do serviço, eles representavam apenas 10%.

Em 1986 o Governador Mário Carrascalão queixou-se publicamente de que, 10 anos após a integração formal, Timor-Leste continuava a ser considerado ***«região especial»,*** o que no jargão político indonésio significa que os militares têm nele poderes acrescidos. A resposta do Governo indonésio foi esclarecedora: em Abril de 1987 nomeou três vice-governadores, todos indonésios e todos militares.



Além dos poderes militares e administrativos, os oficiais superiores indonésios atribuíram-se ainda poderes na área económica. Directamente ou por terceiras pessoas interpostas, eles controlam todo o import-export da 'Província' e estabeleceram monopólios. A comercialização do café, principal cultura de exportação de Timor, é exclusivo da PT Denok, uma empresa dominada por generais como o próprio general Murdani, principal mentor da invasão. Eles compravam o café aos pequenos produtores timorenses a preços cerca de quatro vezes inferior aos praticados na Indonésia.

Em 17 de Julho de 1986 a Indonésia festejou o décimo aniversário da integração de Timor-Leste, mas só seis embaixadores estrangeiros aceitaram o seu convite: Polónia, Roménia, Jugoslávia, Marrocos, Irão e Singapura.

O Parlamento Europeu...
- **Considerando que a Indonésia ocupa pela força, no desprezo pelo Direito Internacional, o território de Timor-Leste desde Dezembro de 1975;**
- **Vendo as recomendações da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança da ONU, assim como as resoluções adoptadas pela Comissão dos Direitos Humanos e pela subcomissão das Minorias dessa Organização que reconhecem o direito à autodeterminação de Timor-Leste, e convidam a Indonésia a retirar as suas forças do território (...)**
- **Convida os Estados membros da Comunidade Europeia a utilizar todos os meios diplomáticos possíveis afim de obter o estabelecimento da paz e da legalidade em Timor-Leste;**
- **Convida os Estados membros da Comunidade Europeia a exigir a participação dos representantes do povo maubere em todas as negociações acerca da definição do estatuto futuro de Timor-Leste**

(Resolução adoptada em 11/ 7/86, por 163 votos a favor, 3 contra e 4 abstenções)

1987

FALSAS ELEIÇÕES – FALSO DESENVOLVIMENTO

Falsas eleições: *94% dos votos a favor do Governo de ocupação*

Falso desenvolvimento: *feito pelos indonésios, para os indonésios*

FALSAS ELEIÇÕES

O Governo indonésio sempre se esforçou para convencer os Governos estrangeiros de que tinha o apoio da população timorense.
Em 1982, nas primeiras eleições, Jacarta proclamou ter obtido 99,5% de votos favoráveis ao Governo, mas o próprio excesso deste número, associado ao facto de o número de votos ultrapassar mesmo o dos eleitores inscritos, retirou qualquer credibilidade a este resultado: ***«não foi reconhecido a nível internacional como expressão da vontade própria do povo timorense»,*** afirmou Mário Carrascalão, Governador de Timor-Leste, ao jornal indonésio *'Kompas'* (24/7/87).

O sistema eleitoral indonésio é bastante peculiar: os militares que estão no poder autorizam unicamente três partidos políticos: Golkar, PDI e PPP e reservam ainda para eles 100 lugares no Parlamento. O Golkar detém o poder desde a fundação da «Ordem Nova» em 1965. O PDI e o PPP vêem-se atribuídos o papel de oposição, sem o ser. Tirando as lições do resultado excessivo de 1982, o general B. Murdani, que era, simultaneamente, comandante-em-chefe do Exército e figura proeminente do PDI, manifestou em 1987 a sua opinião sobre o que deveria ser o resultado das eleições para ser credível: ***«O Golkar não deveria perder as eleições porque isso seria negativo para a imagem da «Ordem Nova». Mas não deveria também ganhá-las de um modo demasiadamente espectacular, porque isso seria desvantajoso visto que a Ordem Nova defende a democracia»*** *(20/1/87).*
Esta opinião é reveladora da função que o regime atribuía às eleições e do papel confiado à dita 'oposição'.

Os resultados creditaram o PDI em 5,5% dos votos e o Golkar em 94%. Mário Carrascalão apressou-se a declarar: ***«agora que o PDI conseguiu obter 20.163 votos o mundo pode constatar que Timor-Leste é livre de votar pelo partido da sua escolha»*** *(Kompas, 24/7/87).*

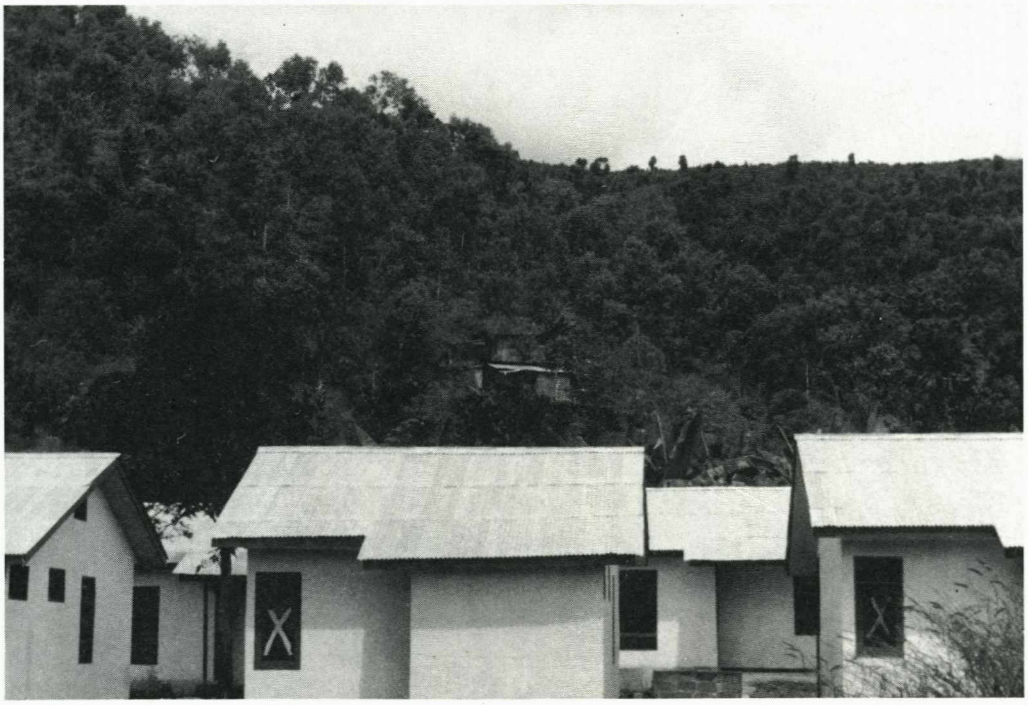
Mas o que sobressaía é que, mesmo com a preocupação de tornar o resultado mais credível, o regime militar indonésio receava acima de tudo que o resultado fizesse pensar que os timorenses não apoiavam maciçamente a integração. Do ponto de vista da credibilidade o Governo de Jacarta passava mais uma vez ao lado.

FALSO DESENVOLVIMENTO

O maior argumento da Indonésia para tentar justificar a ocupação de Timor-Leste foi, desde os primeiros anos, o argumento do desenvolvimento que afirma ter levado ao território.
Apesar dos números apresentados pelo Governo em vários domínios (a educação e a saúde são tratados noutros capítulos) o desenvolvimento levado a Timor-Leste foi duramente posto em causa, mesmo por observadores indonésios. Uma equipa científica da Universidade Gajah Mada, dirigida pelo professor Mobyarto, professor de economia e director do departamento de pesquisa da Universidade, teve o privilégio de poder proceder a investigações no território em 1981 e em 1989, podendo assim estabelecer comparações da situação com oito anos de intervalo. O relatório final destas investigações declara que:
«o progresso material falhou na resolução dos problemas sociais, económicos e políticos resultantes do processo de integração que causou pesadas perdas de vidas».

Os investigadores indonésios falam do ***«trauma»*** em que vive a sociedade timorense devido á ***«situação de guerra»*** e a uma ***«economia de guerra»*** controlada por ***«práticas monopolistas».*** Eles culpam a presença maciça dos militares do seu país pelos sentimentos de rejeição causados na população timorense: ***«mesmo entre a elite timorense existe um sentimento de ódio porque elas*** *(as forças armadas)* ***são vistas como a causa da paralisia económica em Timor-Leste».***

Não é só à presença militar que os universitários indonésios atribuem o mal-estar dos timorenses. Culpam também a vinda para Timor-Leste de muitos compatriotas seus que ***«se instalaram e inundaram o território».*** Os timorenses inventaram para designar esses ***«estrangeiros»*** (palavra que os investigadores indonésios colocam entre aspas) uma designação nova. Chamam-lhes ***«batalhão 702»,*** porque começam a trabalhar às 7 da manhã, não fazem nada de útil em benefício de ninguém e regressam à casa às duas da tarde.



Se a isso se acrescentar o ***«choque cultural»*** devido à obrigação súbita imposta aos timorenses de aprender a língua e a história da Indonésia, de estudar o Pancasila e aprender de cor os nomes dos heróis indonésios, perceber-se-á – escrevem os investigadores da Universidade – que ***«os timorenses não pensam o mesmo que o governo indonésio sobre a integração»*** *(relatório da Universidade Gajah Mada, Mai.90).*

«Muitos (timorenses) experimentaram na própria carne estas torturas e muitos outros viram com os seus próprios olhos como os seus pais foram mortos, suas mães aprisionadas, seus irmãos torturados...

Os timorenses sempre viram os indonésios como novos colonialistas. Esta opinião também é perfilhada pelo clero de Timor até à data:
de facto há muitos funcionários civis indonésios que chegam a Timor com o único objectivo de enriquecer através de práticas de corrupção, de modo que a maioria dos timorenses receia aproximar-se deles;
muitas terras do povo, casas das missões, são utilizadas como base ou quartel dos soldados e algumas plantações de café da diocese foram confiscadas pelo Governo;
é difícil a comunicação entre as pessoas porque o povo não sabe a língua indonésia e os soldados e funcionários indonésios não procuram conhecer o dialecto de Timor. (...)

«O tratamento do caso de Timor-Leste exige novas atitudes e novos métodos de trabalho. As abordagens caducas, vincadamente militares, devem ser ultrapassadas porque, além de serem ineficazes, prejudicam o processo de integração social. É necessário, se possível, reduzir os efectivos militares em Timor-Leste para evitar o sentimento de coacção na implementação dos programas de desenvolvimento.

A apatia e a indiferença das populações face aos programas, mostram que não só não existe uma adaptação recíproca entre nós e os timorenses, como também – e sobretudo – afirmam que a rejeição à nossa presença cresce e se desenvolve num processo natural»

(Relatório da Universidade Gajah Mada, Mai.90)

1988

EDUCAÇÃO OU "INDONESIANIZAÇÃO"

«No sector da educação, o inimigo procura matar a nossa cultura»

(carta de um timorense)

«A prioridade foi dada à quantidade em detrimento da qualidade»

(Parlamento australiano)

De 12 a 20 de Julho de 1988 os estudantes timorenses dos primeiros anos do secundário realizam manifestações de rua, as primeiras em Timor-Leste desde a invasão militar indonésia. A maior parte desses estudantes deviam ser crianças de pouca idade quando se deu a invasão, 13 anos antes, e fazem parte da nova geração que os indonésios acreditavam poder transformar em *'verdadeiros indonésios'.*

Antes de montar o seu próprio sistema de ensino, os invasores haviam mostrado a sua determinação em apagar os sinais da instrução ministrada pelos portugueses. Um padre escrevia em 1981:
«O aniquilamento da classe intelectual está no programa dos invasores. Praticamente todos os instruídos foram eliminados ou estão em vias de o serem» *(carta, Jan.81).*

Os ocupantes pensavam que apagando as marcas de civilização poderiam mais facilmente trazer a sua própria civilização. O coronel Kalangie, comandante militar de Timor-Leste, explicou ao jornalista americano Rod Nordland que as suas forças armadas traziam ***«a nova civilização indonésia a Timor»*** e lamentava-se de não ser tão fácil como o desejaria ***«civilizar este povo atrasado»*** *(The Philadelphia Enquirer, 28/5/82).*

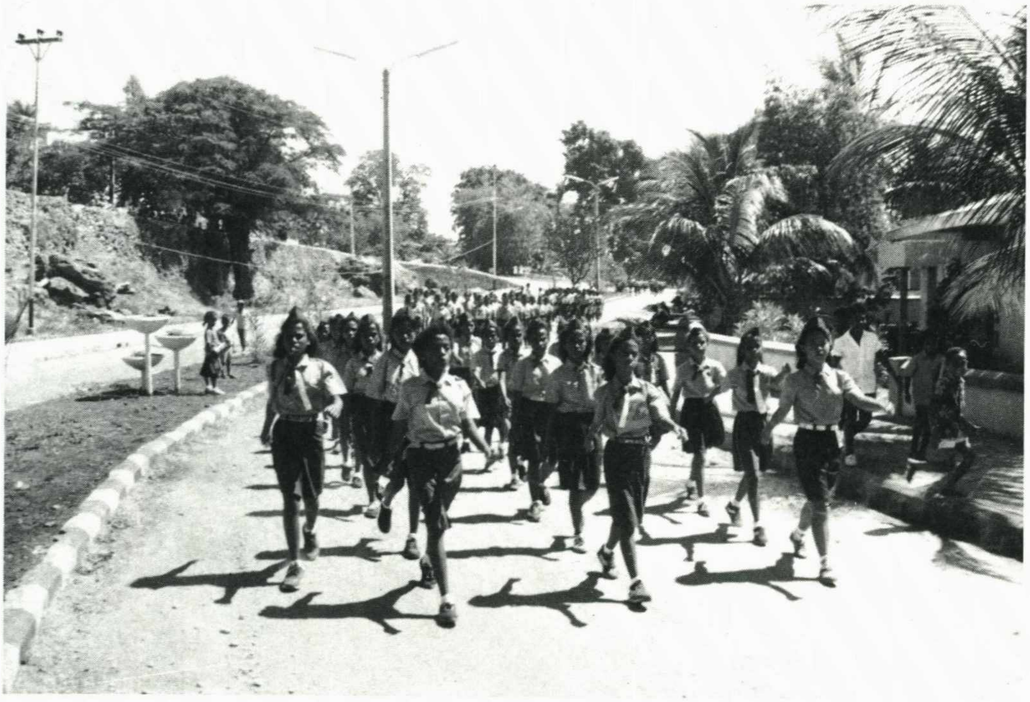
O ensino indonésio apresentava-se essencialmente como um esforço de arregimentação da juventude e como tal era percebido pelos timorenses:
«No sector da educação o inimigo procura matar a nossa cultura. É obrigatório estudar a língua da Indonésia. Os alunos passam o tempo a cantar o hino nacional indonésio e praticam sobretudo a educação física com base nas marchas pelas ruas da cidade para mostrar os seus uniformes» *(carta de um timorense a Monsenhor Costa Lopes, 20/4/86).*

Para a sua propaganda junto dos Governos estrangeiros, as autoridades indonésias usaram e abusaram de comparações com os números de escolas e de alunos existentes no tempo dos portugueses, mas tanto os timorenses como membros da Igreja católica afirmam que se perdeu mais em qualidade do que se ganhou em quantidade. O próprio Comité dos Negócios Estrangeiros e Defesa do Parlamento australiano reconhecia que:
«O principal objectivo da educação é de permitir ao maior número possível de crianças atingir a escola, tendo sido dada prioridade à quantidade em detrimento da qualidade» *(relatório, Set.83).*
Na passagem do ensino primário para o secundário, foi dada prioridade aos filhos dos militares e funcionários indonésios estabelecidos em Timor-Leste. Os primeiros sinais de protesto contra essa discriminação apareceram em 1987 e tomaram rapidamente a forma de protestos contra a ocupação:
«Escreveram nas paredes com sprays:*'Timor é a nossa Pátria'** *e* **'Queremos a Liberdade e a Independência'**. ***Era a primeira vez que uma coisa dessas acontecia. Sentiamo-nos satisfeitos, mas sabíamos que haveria represálias» *(Reinaldo dos Santos, refugiado, Anglo-portuguese News, Dez.88).*

O passo seguinte foram as manifestações de rua, em Dili e Baucau, as duas primeiras cidades do território. Mário Carrascalão, o Governador da 'Província', tentou minimizar os protestos:
«300 estudantes dos primeiros anos do secundário protestaram porque não tinham acesso aos anos seguintes. Ninguém pode aceder ao nível de ensino seguinte sem passar nos testes e os estudantes de Timor-Leste devem ter as mesmas condições que os estudantes indonésios das outras províncias porque não podemos aceitar privilégios» *(Tempo, Ago.88).*

Esta declaração de princípio não indica claramente quem é visado: os estudantes contestatários ou as autoridades complacentes com um sistema de favorecimento dos alunos indonésios. Mas mesmo o recurso aos testes, invocado pelo Governador, não seria suficiente para impedir que os professores, na sua grande maioria indonésios, favorecessem os filhos dos seus compatriotas.

Nem mesmo nas escolas pertencentes à Igreja católica a situação era melhor. A dependência do Governo era total e a finalidade integracionista era a mesma:



«O Governo tem toda a liberdade de nomear e mudar os professores sem mesmo avisar as autoridades religiosas», queixava-se Monsenhor. Belo junto do Núncio Apostólico em Jacarta, e acrescentava: ***«os programas são os programas das escolas oficiais e o ensino é ministrado na língua indonésia. Tudo é indonésio»*** *(relatório enviado ao Núncio, 1989).*

Os investigadores indonésios da Universidade Gajah Mada recolheram o testemunho de jovens timorenses, alunos da escola secundária de Gleno, que indicam que a discriminação estende-se para além da escola: ***«Porque havemos de ir para a escola se, depois dos cursos, não conseguimos os empregos para os quais estamos preparados? Todos os empregos públicos nos estão vedados. Um funcionário recém-chegado*** (isto é: um indonésio) ***que obtém um posto de chefia num serviço público, traz consigo os seus amigos ou, pelo menos, pessoas da sua região de origem»*** *(relatório da Universidade Gajah Mada, Mai.90).*

Nos seus protestos de rua os estudantes gritavam: ***«Se não temos lugares nas escolas iremos para a escola de Xanana Gusmão»***, mas Xanana pedia-lhes para se manterem nas vilas e aldeias onde se encontravam, para reforçar a resistência civil que nos anos seguintes se revelaria uma vertente importante na luta contra os invasores.

O Parlamento Europeu, (...)

- **Considerando que está a ser destruída a identidade cultural da população de Timor-Leste, nomeadamente através da imposição de uma língua estrangeira e da eliminação da língua nacional; da difusão oficial de valores alheios às tradições e à História de Timor-Leste; da destruição da estrutura familiar e social; e das transmigrações levadas a cabo, como deslocação política de populações; (...)**
- **Condena a ocupação de Timor-Leste pela Indonésia e apoia o direito à autodeterminação do povo de Timor-Leste;**
- **Defende o direito do povo de Timor-Leste a manter, desenvolver e afirmar a sua identidade cultural, linguística e religiosa decorrente da sua própria História; (...)**
- **Insta os Governos de todos os Estados-membros da Comunidade a suspender a venda de equipamento militar à Indonésia até que esta ponha cobro a ocupação ilegal de Timor-Leste; (...)**

(resolução adoptada por 164 votos a favor, 12 contra e 15 abstenções, Set.88)

1989

ABERTURA DO TERRITÓRIO E VISITA DO PAPA

3000 prisões antes duma visita do Presidente Suharto

«Bem-vindo a Timor-Leste, 27.ª Província da Indonésia»

(cartaz de boas-vindas ao Papa)

O descontentamento dos estudantes, agravado pela falta de empregos, torna a situação cada vez mais sujeita a manifestações de oposição contra a Indonésia. O Governador Mário Carrascalão acredita, ou finge acreditar, que uma melhoria da situação económica acabaria com esta oposição, e faz ao Presidente indonésio uma proposta de abertura do território:

1 - livre circulação dos timorenses no interior de Timor-Leste; a circulação era, até então, sujeita à obtenção de 'passes' militares (surat-jalan);

2 - livre circulação entre Timor-Leste e «o resto» da Indonésia.

Estas medidas, na perspectiva do Governador, deveriam facilitar as iniciativas e negócios dos timorenses; permitir a entrada de investidores e capitais indonésios; provocar a saída de desempregados que procurariam empregos noutras ilhas.

Apesar do seu carácter restrito, esta abertura encontrou a oposição das chefias militares indonésias no território que receavam ver perigar o monopólio de facto que exercem em muitos sectores da actividade económica.

Em Dezembro de 1988 o Presidente Suharto faz uma visita à Timor-Leste que poderia ser um teste à abertura. Os serviços militares anunciam ter descoberto uma conspiração para matar o Presidente e efectuam em Dili a prisão de 3000 pessoas que pertenceriam a uma associação secreta de carácter religioso, o «Yayasan Santo António» do qual não se tinha ouvido falar até então. O Presidente abrevia a sua visita, que se limita à cidade de Dili, mas mantém a decisão de abrir o território em 1989.

O Vaticano anuncia que João Paulo II vai visitar a Indonésia em Outubro, visita várias vezes adiada em anos anteriores; Timor-Leste será uma das etapas da visita. O interesse é provavelmente recíproco, o Papa quer visitar uma ilha onde mais de 80% da população é católica, e o governo indonésio conta com esta visita para afirmar internacionalmente a sua soberania sobre o território, soberania que, apesar de todos os seus esforços e de 14 anos de ocupação, não conseguiu ainda ver reconhecida.

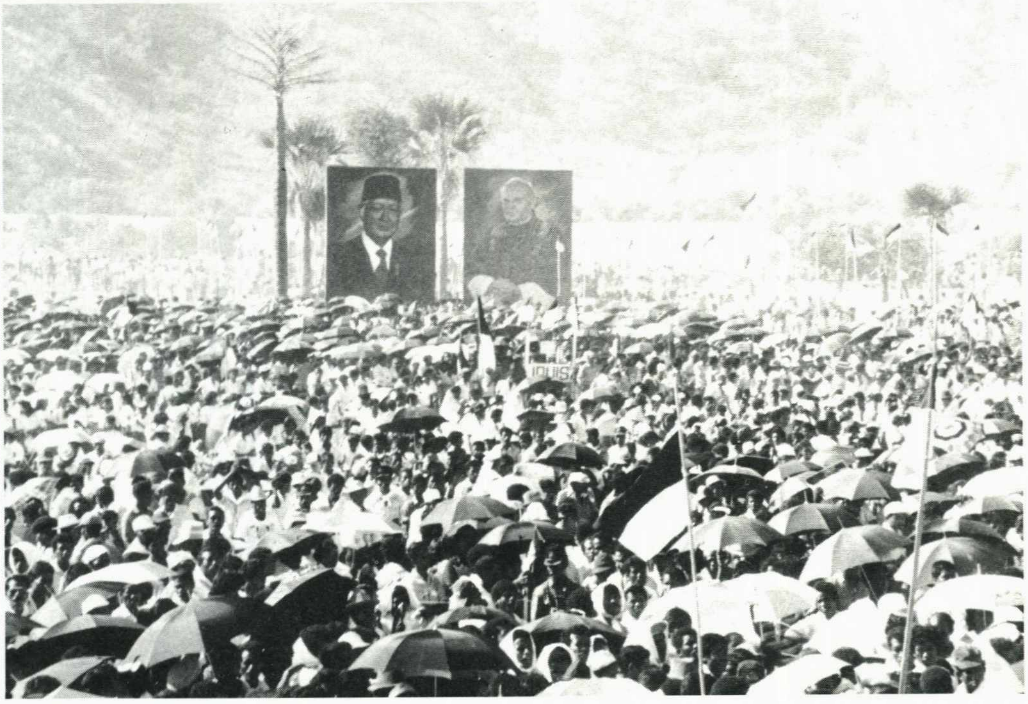
A Igreja de Timor-Leste, receosa do aproveitamento que os ocupantes querem fazer da presença do Papa, manifesta o desejo de que a visita seja adiada para poder realizar-se somente depois deste risco ser afastado. Mas o Vaticano não toma em linha de conta este ponto de vista. O comandante militar de Timor critica o bispo e os padres pela sua oposição à visita e manifesta a sua satisfação: ***«Conseguimos fazer vir o Papa aqui, conseguimos!».***

Alguns jornalistas notaram a diferença de posições assumidas pelo Vaticano e pela Igreja local em Timor-Leste. Um jornalista francês perguntou ao bispo de Dili: ***«É verdade que o Vaticano o repreendeu pela sua carta às Nações Unidas?»***
«Sim (respondeu o Bispo). ***Não temos o mesmo ponto de vista. Eles acham que eu faço política. Se estivesse em Roma talvez pensasse o mesmo que eles. Mas vivo aqui. Vejo os sofrimentos das pessoas e partilho-os. Era o meu dever escrever essa carta»*** *(Ouest-France, 13/10/89).*

No aeroporto de Dili um imenso painel representando a chegada do Papa proclama em inglês: **«Bem-vindo a Timor-Leste, 27a Província da Indonésia»**; bandeiras do Vaticano e da Indonésia e retratos gigantes do Papa e do Presidente Suharto dominam o recinto onde o Papa celebra a Missa, numa clara tentativa de aproveitamento político da visita.

No fim da Missa, a maioria dos jornalistas já havia abandonado o recinto quando algumas centenas de jovens avançam na direcção do Papa e desfraldam panos: ***«O povo maubere saúda o Santo Padre»*** e ***«Viva a Independência».*** Apesar dos esforços dos militares para confiscar as películas dos raros fotógrafos ainda presentes, algumas fotografias escapam e a questão de Timor volta a ser falada na comunicação social internacional.

O bispo de Dili revelou mais tarde ter pedido ao Papa para interceder em favor dos manifestantes que: ***«se limitaram a exprimir o seu descontentamento pela situação vigente em Timor»,*** mas apesar deste apelo os jovens foram presos, interrogados e obrigados a acusar alguns padres de terem sido os instigadores da manifestação. Alguns destes jovens nunca mais foram vistos.



20 anos de ocupação 20 anos de resistência

No final da missa celebrada pelo Papa a 12 de Outubro, houve numerosas prisões: dois dos meus amigos, Jacob Xavier e Virgílio Costa, foram detidos no Senopati III, uma caserna de comandos, e torturados. Eu escapei a essa sorte escondendo-me durante várias noites nos bosques próximos de Dili. Mas, tendo sabido que os militares ameaçavam prender a minha família como reféns, procurei refúgio no dia 26 de Outubro na residência do bispo.
Cerca de 38 jovens já aí se encontravam. O comandante militar, general Mulyadi, e outras autoridades, tentaram fazer-nos sair, mas o bispo, Monsenhor Belo, assumiu a nossa protecção.

A tensão aumentou e, no dia 5 de Novembro, o comandante militar e outros oficiais entraram na casa episcopal e ameaçaram levar o bispo se não saíssemos de livre vontade. Nós saímos depois de o comandante nos ter prometido, diante do bispo, que não seriamos torturados e que seriamos libertados após um curto interrogatório...
Fui torturado pelo Coronel Naingolan e outros militares da Inteligência: queimaduras de cigarros, choques eléctricos, punhal espetado nas costas, pancadas na cabeça, canos de armas apontados ao peito, na cabeça e na boca. Os meus amigos sofreram o mesmo. Os carrascos queriam que acusássemos os padres timorenses de nos terem instigado a realizar a manifestação diante do Papa. Os interrogatórios e as torturas prolongaram-se durante 15 dias.

Em 17 de Janeiro de 1990, centenas de jovens manifestaram-se diante de John Monjo, o embaixador norte-americano em visita a Dili, protestando contra a repressão e pedindo a nossa libertação. O Major Heri tirou-me da minha cela e levou-me ao lugar da manifestação para que eu pedisse aos manifestantes que fossem para casa. Eu recusei, respondendo que eles faziam precisamente o que eu próprio tinha feito. Um dos manifestantes, Julião Mau Siri, foi levado pelo coronel Gatot, sucessor do coronel Bimo na chefia dos Serviços Secretos, que veio depois mostrar-me o meu companheiro, com a cabeça em sangue e as costas marcadas pela baioneta, mas eu não cedi. Ameaçaram então que podiam dar cabo de nós. O Major Heri exigiu também que eu identificasse os manifestantes que tinha visto...

(Donaciano Gomes, testemunho perante a Comissão dos Direitos Humanos, Fev.91)

1990

A REPRESSÃO COMO POLÍTICA

«Esmagá-los-emos a todos! Repito, esmagá-los-emos a todos»

(B. Murdani, Ministro da Defesa)

«Devemos reconhecer que nos enganamos. O governo da Indonésia e as forças armadas adoptaram durante estes 15 anos uma péssima abordagem da questão»

(M.Carrascalão)

A repressão após a visita do Papa esteve na origem duma visita do embaixador dos EUA, John Monjo, em Janeiro, para averiguar da veracidade dessa repressão. Os timorenses, receando que o embaixador ouvisse unicamente a versão do governo, invadiram o hotel Turismo, onde o embaixador estava hospedado, para lhe fornecer a sua própria versão dos acontecimentos. O embaixador ouviu-os mas, quando saiu para se encontrar com o Governador, os militares carregaram brutalmente sobre os jovens que deixavam o hotel.

Informado, o embaixador visitou no hospital dois dos manifestantes feridos e exprimiu o seu descontentamento pelo que tinha acontecido. Logo o chefe da polícia apresentou desculpas pelas brutalidades ***«erros dos policias e soldados»*** e afirmou que isso não se produziria mais. Aproveitando a oportunidade, os timorenses voltaram muito mais numerosos para a rua, onde se manifestaram durante dois dias contra a Indonésia e a favor da independência.

Enquanto o embaixador esteve em Dili não houve mais repressão, mas após o seu regresso a Jacarta o general B. Murdani, Ministro da Defesa, reuniu no edifício do Parlamento local 400 pessoas, entre as quais os funcionários públicos timorenses com alguma responsabilidade, e declarou:
«Se houver novas manifestações contra a Indonésia quando parlamentares ou delegações estrangeiras visitam Timor são os militares que responderão aos manifestantes, com as suas armas».

O general aproveitou para dizer que sabia que muitos funcionários continuavam a apoiar a resistência mas que o exército sabia quem eles eram:
«também eles serão tratados com firmeza. (...) Não proclamem 'sou um patriota timorense' porque não há patriotas timorenses, só há patriotas indonésios. (...) Se alguém não está de acordo com esta opinião que apresente a sua demissão da administração. Poderá então juntar-se à luta, já perdida, nas montanhas, comendo de vez em quando a alimentação que é enviada das aldeias. (...)
Já vos disse: se tentarem organizar o vosso próprio Estado, e se o movimento fôr forte, suficientemente forte, será esmagado por ABRI (as forças armadas indonésias)***. ABRI pode falhar uma vez mas recomeçará uma segunda e uma terceira vez. (...) Esmagá-los-emos a todos! Repito, esmagá-los-emos a todos!»***

Este discurso do Ministro da Defesa e principal responsável militar pela invasão de Timor-Leste, pronunciado para sublinhar a irreversibilidade da integração, revela sobretudo que, 15 anos após a invasão, a grande maioria dos timorenses continuava a estar contra a integração.

O sucesso das manifestações, aumentou na classe jovem o desejo de participar nos protestos. Mesmo os mais pequenos participam, abordando os indonésios nas ruas de Dili e perguntando-lhes com ar inocente: ***«Kapan Pulang, Pak» (Quando volta para a sua terra, Senhor?).***

Em 17 de Julho, dia considerado pelos indonésios como o aniversário da integração de Timor-Leste na Indonésia, bandeiras da Fretilin são içadas em várias escolas de Dili.

No dia 4 de Setembro a diocese de Dili festeja o seu 50° aniversário com uma missa campal que reúne 50.000 pessoas em Dili e na qual participa o representante diplomático do Vaticano na Indonésia. A missa acaba numa manifestação a favor da independência. Cada acção de protesto contra a integração é violentamente reprimida pelos militares mas a repressão parece já não ter efeitos dissuasores.

Em Outubro aparecem outros tipos de incidentes, as autoridades tentam provocar os jovens para descobrir e castigar os líderes:
em 8 de Outubro um inspector escolar pronuncia na escola secundária n° 4 em Dili o discurso (pengarahan) que todas as segundas feiras acompanha o levantar da bandeira indonésia:

«Quando a Indonésia chegou, a população de Timor-Leste era muito atrasada. A população era muito estúpida (...) Foi a Indonésia que teve de ensinar tudo, de dirigir, de empurrar para o desenvolvimento, construir estradas e casas com andares (...)

A Igreja católica não se rege pelos ensinamentos de Cristo, pelo contrário rege-se segundo a ideologia marxista-leninista por causa da dominação da Fretilin, é precisamente isso que a Indonésia veio endireitar».

Os estudantes protestam contra o orador mas os militares, que já estavam à espera fora da escola, intervêm com violência.

Uma semana depois aparece pintada num muro perto da escola católica Paulo VI a inscrição: ***«Quando Timor-Leste for independente acabaremos com os lacaios de Suharto».***

Os militares invadem a escola e exigem a identificação dos responsáveis. Claúdio Boavida, 26 anos, faz notar que a caligrafia cuidada da inscrição, num local constantemente patrulhado por militares e polícias, indica que só eles ou alguém com o seu consentimento pode ter pintado essa frase. Claúdio foi levado pelos militares e nunca mais foi visto. Mesmo o 'Governador' disse à Agência France-Presse que esta inscrição só podia ter sido uma provocação.

«Uma atmosfera de medo e repressão grassa em Timor-Leste», pessoas «que reclamam o respeito pelos direitos humanos e pela liberdade política» **são presas e torturadas.** ***«À luz das consequências trágicas e persistentes de 15 anos de conflito em Timor-Leste, os Estados Unidos deveriam apoiar um processo de conversações de paz sem condições entre as partes directamente interessadas».***

(carta de 223 congressistas americanos ao Secretário de Estado James Baker)

1991

MASSACRE DE SANTA CRUZ E ACORDOS PARA EXPLORAR O PETRÓLEO

Manifestação pacífica faz 271 mortos, 250 desaparecidos e 382 feridos

Nas conversações realizadas entre Portugal e a Indonésia sob os auspícios do Secretário Geral da ONU, as partes concordaram em promover a visita duma missão de parlamentares portugueses a Timor-Leste. Esta visita, declara Perez de Cuellar, deverá permitir-lhes recolher dados em primeira mão sobre a real situação em Timor-Leste.

Quando teve conhecimento deste projecto, Xanana Gusmão transmitiu ordens à resistência clandestina no sentido de não fazer nada que pudesse prejudicar a realização da visita. Após o ano de 1990, fértil em protestos de rua, 1991 desenrolou-se, por isso, numa calma aparente.

Nas negociações, Jacarta exigia que os deputados portugueses tivessem contactos solenes com os seus pares indonésios, numa tentativa de apresentar aos timorenses esses contactos como um reconhecimento por Portugal da soberania indonésia sobre Timor. A Indonésia aproveitaria o descontentamento provocado por estas notícias para apresentá-lo como manifestações anti-portuguesas e pró-indonésias.

No terreno, os militares indonésios ameaçavam de morte qualquer timorense que quisesse aproveitar a visita para manifestar sentimentos anti-indonésios. Monsenhor Belo, entrevistado por jornais portugueses, declarou: ***«podem ter a certeza de que haverá manifestações»*** e, com a experiência da visita do Papa, acrescentou estar ***«mais apreensivo do que contente, pois sei por experiência quais as consequências que vamos sofrer».***

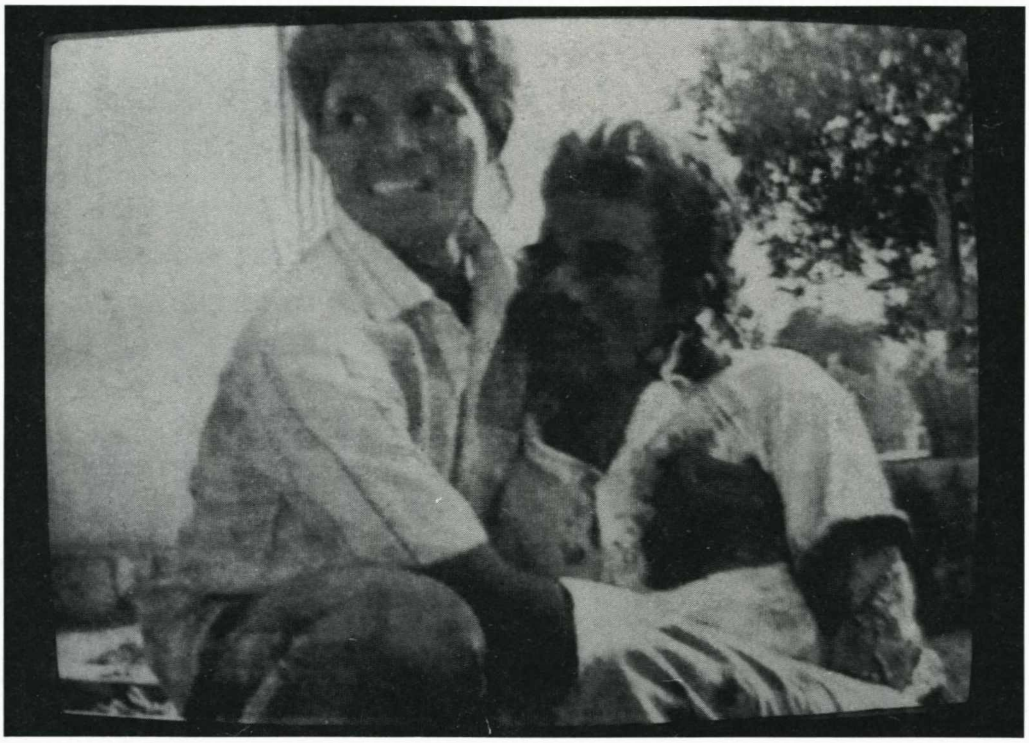
Receosos da manipulação da visita pelos indonésios, e aproveitando um acto de censura da Indonésia que recusava a inclusão duma jornalista australiana na delegação de jornalistas escolhidos por Portugal, o governo português acaba por adiar a visita. Mas os timorenses, com o acordo de Xanana Gusmão, decidem aproveitar a excepcional presença em Dili de jornalistas, entrados clandestinamente para assegurar a cobertura da visita dos portugueses, para levar por diante uma manifestação a favor da independência.

A manifestação inicia-se à saída duma missa na paroquia de Motael pela memória dum jovem morto dias antes à porta dessa mesma igreja, e termina no cemitério onde havia sido sepultado. Os militares cercam o cemitério e, sem aviso prévio, abrem fogo contra a multidão composta maioritariamente por jovens. Segundo vários testemunhos, incluindo o do bispo de Dili, numerosos feridos foram deliberadamente assassinados nas horas ou nos dias seguintes. Listas elaboradas a partir dos testemunhos recolhidos entre amigos e familiares das vitimas permitiram estabelecer a identidade de 271 mortos, 250 desaparecidos e 382 feridos.

«Era uma manifestação do inimigo, é claro... transportavam bandeiras da Fretilin e retratos de Xanana... penso que vocês não queriam ver esta gente tirar as armas aos nossos soldados» declarou o general Try Sutrisno, chefe do Estado Maior Geral da Indonésia, perante o Parlamento do seu país, para justificar a acção dos seus soldados *(Reuter 27/11).* Alguns dias antes, numa reunião de oficiais no Instituto Nacional de Defesa, ele tinha sido ainda mais claro: ***«Eles gritavam muitas coisas inaceitáveis... finalmente foi preciso abrir fogo contra eles. Delinquentes como esses agitadores devem ser mortos e sê-lo-ão sempre que necessário»*** *(The Guardian e Amnistia Internacional, 21/11/91).*

Perante os protestos internacionais, os responsáveis indonésios fizeram marcha atrás, falaram de ***«incidente lamentável»,*** e acabaram por aceitar nomear uma comissão de inquérito, formada por militares e funcionários do governo, cujos resultados não foram minimamente credíveis.

Após ter confirmado o número de 18 mortos, número avançado pelos militares e que correspondia aos únicos 18 corpos enterrados no cemitério de Hera, corpos que, excepto o dum estudante neo-zelandês de passagem, nunca foram identificados, a comissão acabou, para satisfazer as pressões internacionais, por reconhecer que podia ter havido 50 mortos.



Além de impor novamente a questão de Timor-Leste nas instâncias internacionais e na comunicação social, o massacre teve por principal efeito favorecer uma tomada de consciência na própria opinião pública indonésia a quem o aparelho político-militar havia escondido essa realidade.

ACORDO 'TIMOR GAP'

Foi também em 1991 que o governo australiano assinou um acordo com a Indonésia para a exploração do petróleo do mar de Timor-Leste. Apesar de estar em contravenção com as leis internacionais, visto que Timor-Leste não faz parte da Indonésia mas é considerado pela ONU como ***'território não-autónomo sob administração portuguesa'***, Companhias petrolíferas americanas e europeias associaram-se aos dois governos para pilhar as riquezas naturais de Timor-Leste.

Portugal apresentou uma queixa perante o Tribunal Internacional de Justiça, de Haia, acusando unicamente a Austrália, porque o Governo indonésio não reconhece a jurisdição do Tribunal. Em 1995, o Tribunal declarou-se incompetente para julgar a Austrália uma vez que o principal implicado, a Indonésia, não aceitava a sua jurisdição.

«Pedimos ao governo indonésio que retire sem tardar todas as Forças Armadas de Timor-Leste e que dê ao povo de Timor-Leste liberdade total para exercer o direito à autodeterminação, de forma a pôr fim a qualquer novo derramamento de sangue».

(Fórum dos Senados Estudantis da Indonésia, Bandung, 20-21/11/91

1992

A COMUNIDADE INTERNACIONAL – A RAZÃO DO LADO DOS TIMORENSES – A BOLSA DO LADO INDONÉSIO

«Se a Indonésia quer intervir, os Estados Unidos esperam que o faça de forma eficaz, rápida e sem utilizar o nosso material»

(Newson, embaixador dos EUA em Jacarta, 1975)

«O Conselho de Segurança ... Pede ao Governo indonésio para retirar sem demora todas as suas forças do Território»

(Resolução 384, 22 de Dezembro de 1975)

O massacre de Santa-Cruz teria passado sem provocar ondas, como muitos outros antes, se não fosse a presença dos jornalistas estrangeiros e muito particularmente se não fossem mostradas pelas televisões de muitos países as imagens que um destes jornalistas conseguiu filmar. Mesmo em Portugal, onde a notícia do massacre foi largamente difundida pelas rádios e os jornais, o choque na opinião pública e as manifestações de solidariedade só aconteceram depois da divulgação das imagens pela TV.

Por isso, 1992 foi o ano em que foram mais fortes os protestos pela situação em Timor-Leste, mas muitos governos limitaram-se aos protestos, pronunciados perante organismos internacionais ou encaminhados pelos canais diplomáticos; e só alguns tomaram medidas concretas: a Holanda e o Canadá suspenderam a sua ajuda económica à Indonésia, os EUA cortaram os fundos dum programa de formação de militares indonésios. Infelizmente nem todos tiveram a mesma atitude e quando a Holanda abandonou a liderança do 'Grupo Intergovernamental para a Indonésia', que coordena as ajudas dos governos a este país, a França apressou-se a aumentar a sua contribuição e a ocupar o lugar.

Passada a onda de choque na opinião pública, os governos voltaram a dar prioridade às suas relações económicas e estratégicas com a Indonésia, como aliás acontecia desde 1975. A Indonésia é o quarto país mais populoso do planeta e o governo militar vigente desde 1964 fez aliança com o Ocidente contra o comunismo, o que lhe merece o silêncio cúmplice de muitos países.

Contudo, em Dezembro de 1975, dias após a invasão, o Conselho de Segurança havia votado por unanimidade uma resolução ***«lamentando a intervenção das forças armadas da Indonésia em Timor-Leste»*** e pedindo ***«a todos os Estados para respeitar a integridade territorial de Timor-Leste assim como o direito inalienável do seu povo à autodeterminação em conformidade com a resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral».*** O Conselho de Segurança pedia também ***«ao governo indonésio para retirar sem demora todas as suas forças do Território».***

Os EUA, que votaram a favor desta resolução, haviam dado o seu acordo à invasão dias antes: o Presidente Gerald Ford e o Secretário de Estado Henry Kissinger estavam na Indonésia e Kissinger reconheceu em 1995 que o assunto havia sido abordado entre Ford e Suharto. A resposta de Ford não terá sido muito diferente daquela que fez o então embaixador dos EUA em Jacarta por ordens de Kissinger: ***«que o faça de forma eficaz, rápida e sem utilizar o nosso material».***

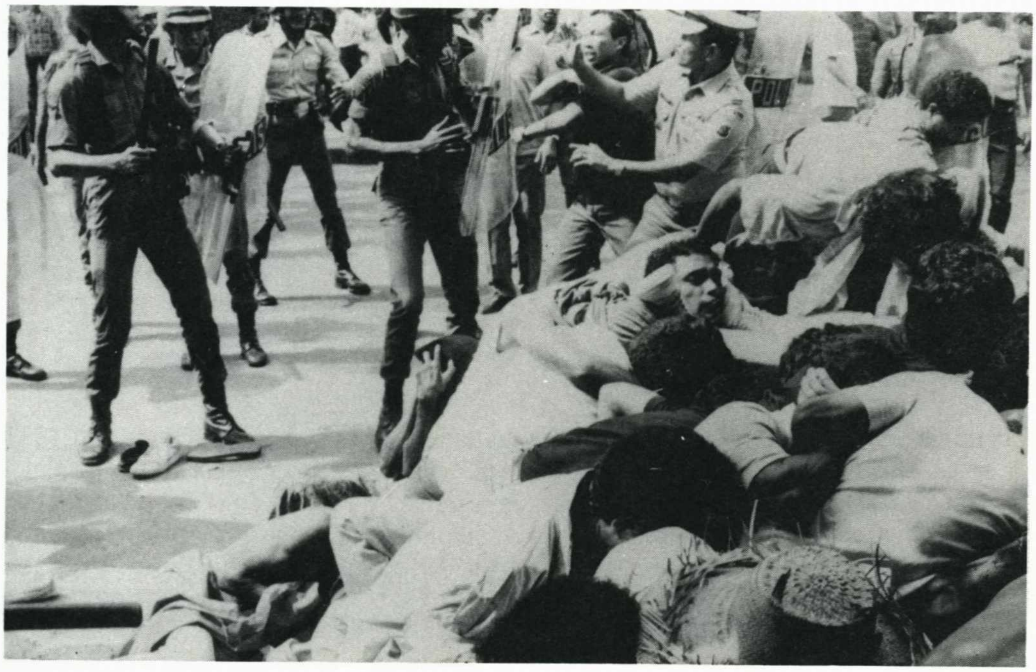
Entre 1976 e 1981, todos os anos, foram aprovadas na Assembleia Geral das Nações Unidas resoluções ***«reafirmando o direito inalienável do povo de Timor-Leste à autodeterminação e independência».***

As grandes nações do Ocidente abstinham-se ou votavam contra estas resoluções, anulando os seus efeitos práticos. Com o tempo, o número de países dispostos a votar resoluções ineficazes ia diminuindo.

Em 1982, sem deixar de afirmar o direito à autodeterminação e independência, o texto da resolução introduzia um requisito novo, dificilmente recusável pelos ditos 'grandes' países que se prezam de ser 'Estados de Direito', pedia :

«ao Secretário Geral para iniciar consultas com todas as partes directamente interessadas com vista a procurar os meios que permitissem chegar a um acordo global».

Esta resolução esteve na origem da fórmula que costuma aparecer nas tomadas de posição governamentais e inter-



governamentais sobre Timor-Leste e que manifestam apoio à missão do Secretário Geral da ONU e à procura duma ***«solução justa, global e internacionalmente aceitável»***. Esta missão confiada ao S.G. impediu que se avançasse no reconhecimento 'de facto' da integração pela simples abstenção.

Em 1989 Monsenhor Belo lançou o mais oficial dos seus apelos à comunidade internacional numa carta dirigida ao Secretário Geral da ONU:
«O processo de descolonização do Timor português ainda não está resolvido pelas Nações Unidas e convém não o deixar no esquecimento (...) Venho pedir ao Senhor Secretário Geral para iniciar em Timor o processo de descolonização mais normal e democrático que é a realização dum REFERENDUM. Até agora o povo não foi consultado. São os outros que falam em nome do povo. É a Indonésia que diz que o povo de 'Timor Timur' já escolheu a integração, mas o próprio povo de Timor nunca disse isso. Portugal quer deixar ao tempo a resolução do problema. E nós vamos morrendo como povo e como nação» (6/2/89).
O Vaticano comportou-se em todo este processo como os outros Estados, dando a prioridade às suas boas relações com a Indonésia. O Núncio, embaixador do Vaticano em Jacarta, chegou mesmo a dizer que: ***«a carta*** (de Monsenhor Belo***) não reflecte as aspirações da Igreja católica nem do povo de Timor-Leste»****(Jakarta Post, 14/6/89)*, o que levaria o clero de Timor-Leste a responder com alguma amargura:
«O clero de Dili rejeita as opiniões manifestadas por certas personalidades eclesiásticas ... esperemos que o nosso apelo ajude os poderes públicos e eclesiásticos a compreender o que sentem a Igreja e o povo de Timor-Leste e que está expresso na carta de 6 de Fevereiro» *(carta, Jul.89).*

A Comissão dos Direitos Humanos, a Subcomissão das Minorias e contra a Discriminação, o Comité de Descolonização e a própria Assembleia Geral são os principais organismos da ONU onde tem sido abordada a questão de Timor-Leste. Diversos Parlamentos, com destaque para o Parlamento Europeu, o Congresso e o Senado dos EUA, diversos fora internacionais como o Conselho da Europa, as Assembleias ACP-CE (Africa/Caraíbas/Pacífico – Comunidade Europeia) e muitos outros incluído ONG, Igrejas... têm contribuído para que o assunto se mantenha vivo.

«Portugal fez apelo às Nações Unidas para que elas intervenham nesta ocupação ilegal. Mas as grandes potências democráticas – América, Europa e Japão – não mostraram até hoje uma vontade séria de pôr fim aos crimes contra a humanidade praticados pelo governo indonésio em Timor-leste»
(The Times, editorial, 22/11/91)

1993

JULGAMENTO DE XANANA GUSMÃO

«Quem tem medo do referendo? Porque tem medo do referendo? Eu não tenho medo do referendo (...) sob supervisão internacional, (...) Quem tem medo do referendo tem medo da verdade!»

(Xanana Gusmão perante o tribunal, 1993)

Em 20 de Novembro de 1992 Xanana Gusmão foi preso num esconderijo em Dili. A Indonésia apressou-se a anunciar o fim da resistência e montou um espectáculo onde Xanana aparecia junto ao Governador e apelava aos seus camaradas para se renderem. As autoridades militares anunciaram que a igreja de Timor-Leste se associava a este apelo, quando na realidade Monsenhor Belo pedia simplesmente aos padres para acompanhar eventuais guerrilheiros que se quisessem render afim de evitar que eles fossem torturados ou mesmo executados. A Indonésia anunciou rendições mas nunca apresentou os rendidos.

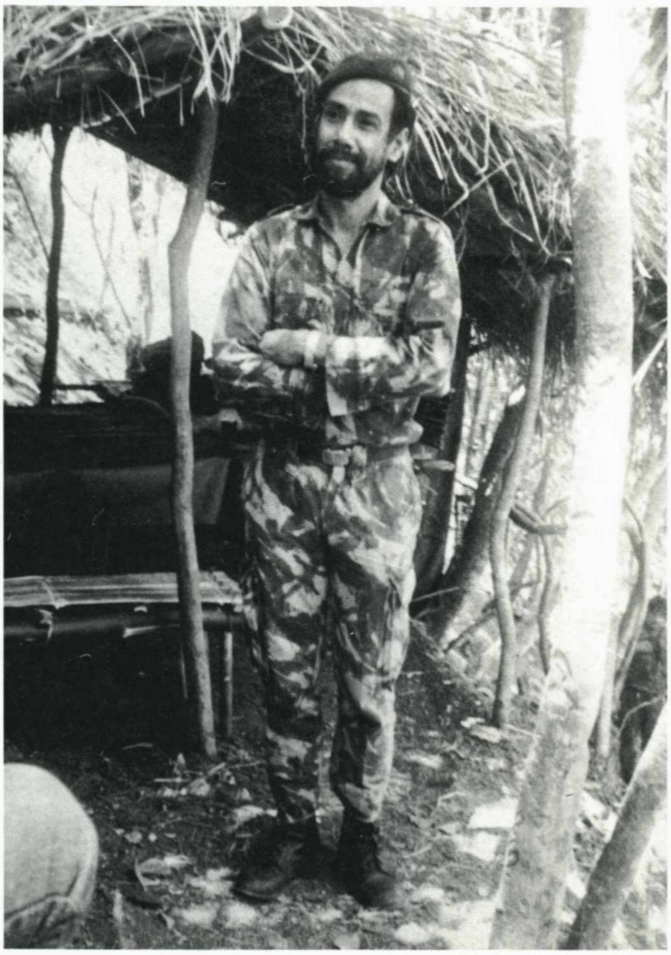
Um novo líder, Mau Huno, substituiu Xanana Gusmão, mostrando que, apesar da longa liderança de Xanana desde 1981, a resistência armada não tinha a sua continuidade dependente exclusivamente dum chefe carismático. Mau Huno por sua vez foi preso em 1993 e substituído por Konis Santana. A resistência clandestina nas cidades foi também duramente afectada; em 1991 pelo massacre de Santa-Cruz, o seu responsável máximo, identificado, teve de sair de Timor; em 1992 pela vaga de prisões que acompanhou a prisão de Xanana; e ainda em 1995 com o desaparecimento misterioso do seu principal responsável e novas vagas maciças de prisões em Outubro. Apesar de todas as represálias sofridas, o nível dos protestos tem crescido nos últimos anos.

Xanana Gusmão exprimiu um dia qual devia ser a linha mestra da resistência frente a um adversário muito mais forte: ***«Procurar na força do nosso inimigo as suas fraquezas, e fazer das nossas fraquezas força».*** Xanana fez ele próprio uma brilhante demonstração deste princípio.

Os generais indonésios, embriagados pela captura do líder que perseguiam desde 1981, quiseram tirar a máxima rentabilidade da sua vitória e exibi-lo não só perante os

«Este tribunal refere-se à data de 7 de Dezembro de 1975 como o dia da formação de um Governo provisório e de uma Assembleia local. Se todos os indonésios se esqueceram, é meu dever recordar aqui o trágico dia 7 de Dezembro daquele ano, quando foram lançados milhares de pára-quedistas indonésios sobre Dili, com o apoio de fuzileiros navais.
7 de Dezembro de 1975 foi o dia que marcou na História a cobarde e vergonhosa invasão indonésia, o dia em que as tropas indonésias massacraram indiscriminadamente a população indefesa de Dili, causando milhares de mortos entre velhos, mulheres e crianças, incluindo um jornalista australiano.
(...) Um Governo instalado ao som de bombardeamentos marítimos e terrestres sobre a população indefesa, ao som do avanço dos tanques e canhões. Um Governo assim tem algum valor jurídico? (...)

Muito tenho ouvido sobre o atraso do colonialismo português, como se eu próprio não tivesse vivido esse colonialismo. Pretendem apontar-me o dito desenvolvimento em Timor-Leste como um factor de estimação, um factor estatístico para se comparar com o período colonial português. Pergunto se o colonialismo pode ser classificado de bom e de mau. Só porque Portugal não desenvolveu Timor-Leste durante 400 anos, teremos, nós os timorenses, de pagar os erros dum colonialista pelos crimes de outro? Hoje todas as teorias elaboradas sobre o colonialismo ou sobre a fundação ou surgimento de novas nações, devem ser lidas à luz dos princípios universais e do direito internacional, consagrados na carta das Nações Unidas. (...)



20 anos de ocupação 20 anos de resistência

timorenses mas perante o mundo inteiro para mostrar que a guerrilha e a contestação à sua soberania estavam bem mortas. Xanana, consciente da sua posição de inferioridade deixou-os acreditar que não estava em posição de fazer grandes reivindicações, pedindo somente o favor de ser ele a pronunciar a sua defesa final no tribunal que o iria julgar. Demasiado confiantes na sua superioridade os generais indonésios aceitaram este pedido do seu vencido, e Xanana Gusmão aproveitou este palco montado pelos seus inimigos para fazer chegar mais longe a exposição das razões da sua luta e da resistência do seu povo. O seu julgamento transformou-se no julgamento do regime indonésio e numa oportunidade única de explicar-se perante o povo indonésio. Apesar das garantias dadas, o tribunal cortou a palavra ao acusado-acusador, anulando assim o que ficava de aparências de legalidade no seu processo.

A Humanidade aspira a um ideal supremo: a realização do indivíduo e dos povos, dentro de um contexto amplo de liberdade, de direito, de justiça e paz. O realismo político é uma teoria imposta pelos poderosos, é o conceito que subverteu e está subvertendo estes padrões. O realismo político é um conceito que dá apenas direitos aos grandes, aos fortes, de actuarem em nome dos seus próprios interesses, coibindo os pequenos da capacidade de se defenderem, da capacidade de recusarem e da capacidade de agirem contra. Quando se fala de realismo político, implicitamente se fala de desigualdade de circunstâncias, de desigualdades de condições entre duas partes envolvidas em qualquer processo. E é esta desigualdade que impõe que os pequenos e fracos devam aparecer como bons aprendizes do realismo político. (...)

Continuo a lembrar aqui a necessidade de diálogo, com a participação dos timorenses. Sempre disse a quem me queria ouvir que o povo maubere não aprecia o dito 'pembangunan' (desenvolvimento). O problema é que não é livre. A liberdade é uma noção do meu povo e é o objectivo da sua luta. Apelo à nova geração indonésia para compreender que o povo de Timor-Leste dá muito mais valor à liberdade, à justiça e à paz do que ao dito desenvolvimento aqui feito, com a ajuda da Austrália e dos EUA e outros países europeus que mantêm relações económicas muito estreitas com Jacarta. (...)

Apelo ao povo indonésio para compreender que, segundo os princípios universais e conforme o direito internacional, Timor-Leste é considerado território não autónomo, contemplado por normas que regem o processo de descolonização. O problema não é querermos desmembrar a Indonésia, o problema é que Timor-Leste nunca foi indonésio.

(Excertos da defesa de Xanana Gusmão perante o tribunal)

1994

TIMORENSES "COLABORADORES" DOS INDONÉSIOS?

«Se não o matas sou eu que te mato»

(comandante militar de Muapitini ao régulo local)

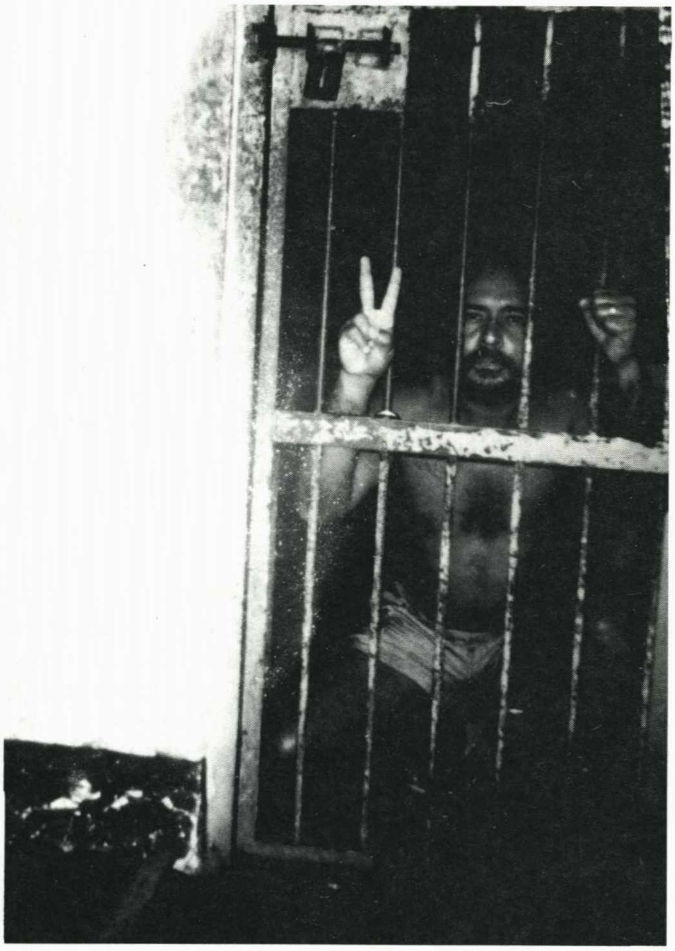
Os chamados 'ninjas', são homens de mão para tarefas sujas e violentas, Os militares indonésios negam evidentemente que os 'ninjas' sejam por eles recrutados e, apresentam os conflitos nos quais se envolvem, como lutas entre timorenses. Agindo nas grandes cidades fortemente controladas e em particular durante a noite, é impossível que os 'ninjas' o façam contra a vontade do exército, e já foram recolhidos em camiões militares quando era conveniente retirá-los rapidamente.

Timorenses recrutados pelos indonésios contra os outros timorenses não são uma novidade em Timor-Leste. Nos primeiros dias após a invasão, os indonésios escudaram-se por detrás dos timorenses que, a seguir à curta guerra civil que opôs a coligação UDT-Apodeti contra a Fretilin, se haviam refugiado no Timor indonésio.
Os líderes da Apodeti, Arnaldo Araújo e João Martins, aceitaram jogar este papel, um como primeiro chefe do Governo provisório, o outro como chefe dos serviços da Assembleia local criada pelos indonésios.
Mas, no dia 1 de Novembro de 1986, onze anos após a invasão, os dois foram presos sem que as razões dessa prisão nunca fossem esclarecidas. João Martins que na altura era chefe dos Serviços Sociais da 'Província' foi demitido e ofereceu os seus serviços à escola S.José pertencente à Igreja. Curiosamente, o director demitido foi convidado para uma festa dos Serviços Sociais. Durante a festa sentiu-se mal, foi hospitalizado e morreu. A família, convencida de que se tratava dum envenenamento, pediu uma autópsia, mas as autoridades recusaram-na. Morte semelhante teve Arnaldo Araújo que, na altura, se confessava desiludido pelo caminho que a integração havia tomado.

David Dias Ximenes, um timorense oficial do exército português, que se encontrava na ilha de Ataúro na data da invasão e que foi utilizado pelos militares indonésios como representante de Timor-Leste nas festas da independência indonésia em Jacarta em 1976, foi preso em 1980 e condenado a 17 anos de prisão.

João Maria dos Reis, funcionário da administração portuguesa em Dili, ofereceu os seus serviços aos indonésios quando a cidade foi ocupada. Após ter conseguido fugir de Timor testemunhou perante a Comissão dos Direitos Humanos da ONU que havia sido torturado pelos indonésios que queriam que ele apresentasse falsos testemunhos contra Francisco Lopes da Cruz e Mário Sanches, na altura respectivamente vice-governador de Timor-Leste e presidente da Câmara de Dili por nomeação das mesmas forças ocupantes. Lopes da Cruz foi enviado para Jacarta, sendo hoje conselheiro do Presidente Suharto, e Mário Sanches morreu em consequência de pontapés na barriga, infligidos pelos militares. O próprio João Maria dos Reis serviu a propaganda indonésia sendo o primeiro timorense autorizado a visitar os pais na Austrália e voltando 'livremente' a Timor: a mulher e os filhos haviam sido obrigados a ficar em Dili. Mais tarde a mulher e os filhos obtiveram autorização para visitar os pais, ficando ele como refém. Nesta oportunidade conseguiu fugir e juntar-se à família fora de Timor.

Em 6 de Dezembro de 1983 a população de Muapitini, aldeia estratégica vizinha de Lospalos, recebeu ordens para se reunir, na praça do mercado local, para uma grande festa. Cinco homens deste campo, dois militares auxiliares dos indonésios, um funcionário público, o chefe da aldeia de Wailoro, e um outro habitante do campo, haviam sido presos por suspeita de contactos com a resistência armada. Os militares indonésios escolheram cinco personalidades do campo a quem deram a 'honra' de matar os seus compatriotas frente à população reunida para o efeito. ***«Se não o matas sou eu que te mato»*** disse o comandante militar indonésio ao régulo (chefe local). ***«A emoção era tal que não conseguiram matá-los mas somente feri-los, e os indonésios enterraram-nos vivos»*** escreveu uma testemunha. Monsenhor Belo referiu este e outros casos iguais numa carta a Monsenhor Costa Lopes: ***«O 'bapak'*** (termo indonésio de consideração que os timorenses usam pejorativamente), ***o 'bapak' ri todo contente, esfrega as mãos e diz que a culpa não é dele»*** (carta, 16/2/84).



Em Agosto de 1988 um jornalista da France-Presse de visita à Timor-Leste anuncia que a Igreja local negoceia a rendição dos guerrilheiros. Na origem dessa informação estava um encontro do Padre Locatelli, de Aleixo Ximenes, presidente da Assembleia regional de Baucau e Joaquim Guterres, comandante da companhia de Hansips (tropas timorenses auxiliares da Indonésia) de Ossu com Xanana Gusmão em pessoa. Ignora-se qual era a finalidade do encontro mas as forças indonésias estavam ao corrente da sua realização. No dia marcado, as tropas indonésias impuseram a sua presença a pretexto da segurança dos intervenientes e tentaram, sem sucesso, capturar Xanana Gusmão. No seguimento desta operação falhada, Joaquim Guterres foi preso e torturado pelos indonésios, Aleixo Ximenes procurou refúgio na casa do bispo, e o Padre Locatelli foi interrogado no Kopskam de Dili, sede dos serviços secretos militares. Será esta a maneira de agradecer um serviço, mesmo falhado? Não será mais provável ter havido por parte dos indonésios uma tentativa de aproveitar os responsáveis timorenses e o missionário contra a sua própria vontade?

Os casos poderiam ser multiplicados indefinidamente... Quando Xanana Gusmão foi capturado foram também presos altos funcionários e auxiliares militares indonésios, acusados de terem tido ligações com ele. Além da necessidade de 'colaborar', em certas circunstâncias, com o ocupante por razões de sobrevivência, existe uma estratégia de infiltração dos serviços do inimigo que faz parte do esforço colectivo de resistência.

> **«Em 12 de Novembro de 1991, as forças de segurança abriram fogo no cemitério de Santa-Cruz contra civis desarmados que haviam participado numa manifestação a favor da independência de Timor-Leste. Segundo as autoridades 19 pessoas foram mortas. Muitas fontes, todavia, estimam que o número total de pessoas mortas situa-se entre 150 e 270.**
>
> **O relator especial chegou à conclusão de que as forças de segurança procederam a uma operação militar planeada, contra civis desarmados que manifestavam o seu desacordo político, numa clara violação das normas internacionais sobre o uso da força e das armas de fogo pelas forças oficiais»**
>
> *(M. Bacre Waly Ndiaye, relator especial da Comissão de Direitos Humanos sobre as execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias)*

1995

CONVERSAÇÕES PORTUGAL-INDONÉSIA
DIÁLOGO INTRA-TIMORENSE

«A Assembleia Geral (...) pede ao Secretário Geral para estabelecer consultas com todas as partes directamente interessadas com visto a encontrar os meios que permitam chegar a uma solução global do problema»

(resolução 37/30, Assembleia Geral da ONU, 1982)

«A Igreja apela aos dirigentes políticos para levar em conta as legítimas e fundamentais aspirações do povo timorense»

(Monsenhor Belo, no encontro intra-timorense de Schlaining, 1995)

Em Junho de 1995 realizou-se na Áustria, a convite de Secretário geral da ONU, o primeiro encontro onde se sentaram timorenses de todas as tendências, vivendo em Timor-Leste ou no exílio. O 'diálogo intra-timorense', tal como as conversações Portugal-Indonésia, realizando-se sob o patrocínio da ONU, dão ou tentam dar cumprimento à resolução 37/30, a última resolução daAssembleia Geral da ONU sobre esta questão, aprovada em 1982.

Apoiada por Portugal e combatida pela Indonésia, a resolução foi aprovada somente por 54 votos a favor, 50 contra e 50 abstenções. Entre os votos contra encontravam-se os EUA e entre as abstenções todos os maiores países da Comunidade Europeia, o que mostra bem a importância muito relativa que a comunidade internacional dava aTimor, ou – talvez com mais exactidão – a grande importância que muitos governos davam às suas relações com a Indonésia. Para tentar suprir esta falta de interesse, a resolução 37/30 confiou ao Secretário Geral o mandato de continuar a olhar para a questão do ponto de vista da Carta das Nações Unidas e das resoluções já adoptadas.

Tendo como pano de fundo este limitado apoio da comunidade internacional, o S.G. iniciou encontros diplomáticos entre Portugal e a Indonésia. A Indonésia não podia recusar-se a participar mas tudo fez para arrastar as discussões sobre temas secundários, adiando assim as questões essenciais.

Com o massacre de Santa-Cruz em 1991, a pressão internacional aumentou. O S.G. relançou as conversações com um ritmo mais rápido (duas vezes ao ano) mas, visto que as posições de Portugal e da Indonésia são hoje tão afastadas como no primeiro dia, o S.G. recomendou a adopção de «medidas de confiança» de parte a parte.

A Indonésia apresentou, neste quadro, os «encontros de reconciliação» que ela organizou entre timorenses do interior e da diáspora. Em princípio abertos a todos os timorenses, os encontros pecavam por se realizarem na total dependência da Indonésia, não só nos seus aspectos materiais mas pela finalidade que os informava e que estava expressa no seu próprio nome. Querendo ou não, os timorenses que participassem nos encontros afirmariam que o problema deTimor-Leste é um problema de desentendimento entre timorenses e a sua solução uma reconciliação entre eles. Além disso, eventuais conclusões ou recomendações dos ditos encontros não obrigavam o Governo de Jacarta perante ninguém, como se viu aliás pela recusa do Presidente Suharto em responder sequer a algumas sugestões feitas no segundo encontro, embora a sua satisfação servisse os interesses da Indonésia dando credibilidade à sua iniciativa.

A ONU recuperou a ideia e propôs **«encontros intra-timorenses»** a realizar sob o seu patrocínio. Não mudava só o nome mas também o significado dos encontros. Não é por acaso que, quando o S.G. apresentou a sua proposta, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, Ali Alatas, exigiu que a questão da autodeterminação de Timor ficasse fora dos debates, enquanto o Ministro português, Durão Barroso, exigia total liberdade de discussão. De tal forma foi impossível o entendimento que o convite do S.G. reproduz as duas exigências uma ao lado da outra.

Os 30 timorenses convidados pela ONU, não se dividem ideologicamente em função da sua origem (interior ou exílio). As personalidades do interior, excluindo o bispo de Dili, são timorenses que têm ou tiveram responsabilidades sob a administração indonésia, o que não significa que hoje eles sejam todos pró-indonésios. Provou-o Guilherme Gonçalves, primeiro Governador nomeado pela Indonésia, que aproveitou o encontro para se manifestar a favor da independência.
Da mesma maneira, entre os que estão no exílio alguns defendem hoje soluções que favorecem a Indonésia por

acharem que elas servem melhor os seus interesses actuais. A Indonésia e alguns dos participantes nos 'encontros de reconciliação' tiveram dificuldade em aceitar a proposta da ONU. Abílio Araújo criticou o facto da ONU assumir a iniciativa dos encontros, dizendo que o seu papel devia limitar-se a facilitar o alargamento dos encontros de 'reconciliação'. Lopes da Cruz defendeu que as propostas saídas da discussão deveriam ser apresentadas somente ao Presidente Suharto e não à ONU ou ao Governo português.

A única personalidade que obteve aplausos dos dois lados foi Monsenhor Belo quando, colocando-se acima dos partidos, apresentou o ponto de vista da Igreja:

«No que diz respeito ao futuro político de Timor-Leste (integração ou independência) a posição da Igreja de Timor-Leste é a de aceitar qualquer opção dos timorenses. (...)

Enquanto os timorenses forem tratados como um povo derrotado e transformados em reféns na sua própria terra, tal situação constituirá um importante obstáculo no caminho para o seu genuíno, justo e integral desenvolvimento. (...)

Se a autoridade se basear exclusivamente na ameaça, no terror, na intimidação e na corrupção, impedirá a realização do bem comum. Os timorenses sentem que estão anexados (conquistados) e não integrados».

No fim do encontro, os participantes aprovaram um documento que sublinha a importância das conversações entre os Governos indonésio e português sob os auspícios do S.G. da ONU a fim de se encontrar uma ***«solução justa, global e internacionalmente aceitável no quadro da resolução 37/30».*** Dias depois os participantes do interior foram obrigados a voltar atrás, assinando uma declaração que rejeitava a referência à resolução 37/30 da Assembleia geral da ONU: A Indonésia recusava esta referência porque, no seu preâmbulo, a resolução 37/30 reconhece o direito do povo de Timor-Leste à autodeterminação e à independência! (ver página 49).

A Assembleia ACP-EU (64 países de África, Caraíbas, Pacífico e os países da União Europeia)

- **Lembrando as suas resoluções anteriores sobre Timor-Leste,**
- **Pede às autoridades indonésias para libertar imediatamente os membros da oposição timorense, incluindo X. Gusmão.**
- **Considera que as negociações sob os auspícios do secretário-geral da ONU devem continuar, com a intenção de associar nelas os representantes do povo de Timor, mas acreditam que não pode haver limitações de assuntos sobre os quais eles podem exprimir a sua opinião, em particular o estatuto de Timor-Leste.**

(Resolução, reunião de Dakar, 3/2/95)

INDONÉSIOS CANSADOS DE TIMOR-LESTE

«Detectamos sinais da difusão de uma espécie de 'cansaço de Timor-Leste' entre muitos indonésios»

(editorial do Jakarta Post, 28/9/95)

Se em Portugal alguns consideram que Timor-Leste só poderá ser independente quando a Indonésia tiver um regime democrático, na Indonésia outros pensam que a Indonésia só será democracia quando Timor-Leste for livre.

A falta de respeito pelas leis e decisões que eles próprios elaboraram, conduziu muitos Estados a ver a questão de Timor-Leste unicamente como um apêndice da Indonésia. Uma leitura atenta do que hoje começam a pensar os próprios indonésios, ajudá-los-ia talvez, a rectificar essa visão.

Antes do massacre de Santa-Cruz, Timor-Leste era assunto proibido na Indonésia e poucos eram os indonésios que sabiam o que aí se passava. O estudo duma equipa de investigadores da Universidade de Gajah Mada publicado em 1990 já dava um sinal da evolução na abordagem do problema mas esta reflexão ficava limitada aos meios universitários.

Os desmentidos das autoridades de Jacarta às notícias difundidas nos meios de comunicação internacional sobre o massacre de Santa-Cruz, deu aos jornalistas indonésios uma excelente oportunidade para, ao mesmo tempo que os desmentidos oficiais, publicarem essas notícias. As condenações do seu país pela opinião pública internacional, cujos efeitos continuam a fazer-se sentir sempre que os governantes indonésios visitam países estrangeiros e são confrontados com manifestações de repúdio, obrigaram muitos indonésios a pensar.

Ou porque ficaram chocados pelo massacre em si, ou porque ficaram incomodados pelas suas repercussões a nível internacional, os indonésios não podem hoje ignorar Timor-Leste:
«Lamentamos realmente que, por causa dum grupo das Forças Armadas, a integridade moral, a dignidade e a credibilidade da Nação tenham sido postas em causa aos olhos do mundo e do nosso próprio país» *(Conferência dos bispos católicos, Tempo, 7/12/91).*

Em Novembro de 1994 a Indonésia acolhia a cimeira da APEC, a coordenação económica Asia-Pacífico, que trazia a Jacarta os chefes de Estado e de Governo destes países, entre eles o Presidente Clinton. Cimeira de primeira importância para a imagem internacional da Indonésia, o general Hendro-Priyono, comandante militar de Jacarta advertiu:
«que ninguém tente criar distúrbios durante a reunião da APEC. Temos 5.000 agentes de segurança prontos a salvaguardar a reunião. Ninguém deve tentar usar a situação com vista a desacreditar a nação indonésia aos olhos do mundo organizando manifestações, distribuindo panfletos ou cartazes ou fazendo greves. Trataremos todos os que pro-vocarem distúrbios durante a APEC não como simples criminosos mas como traidores» *(Kompas, 26/10/94).*

Os timorenses não deixaram passar a oportunidade. 29 deles conseguiram saltar a cerca dos jardins da embaixada dos EUA na capital indonésia mantendo-se aí e atraindo a atenção dos jornalistas de todo o mundo presentes para cobrir a cimeira.

Para a oposição interna ao regime militar indonésio os timorenses tornaram-se um exemplo de coragem e a questão de Timor uma arma contra a ditadura. Para os outros, Timor-Leste é um peso, no mínimo ***«uma pedra no sapato da Indonésia»***, como disse um dia o próprio Ministro dos Negócios Estrangeiros, Ali Alatas.

O líder muçulmano Amien Rais, após os confrontos de Setembro de 1995 entre timorenses e indonésios em diversas cidades de Timor, apelidou os timorenses de ***«crianças mimadas»*** e, num debate ao qual participava na Universidade Gajah Mada, ameaçou-os com o que os timorenses provavelmente mais gostariam:
«Devemos mudar de atitude e dar a essas crianças uma lição (...) em vez de desperdiçarmos as nossas energias e o nosso dinheiro, estou de acordo com Muladi (professor de Gajah Mada) ***de que os deveríamos abandonar à sua sorte e deixá-los tornarem--se um pequeno Estado».***

Outra sensibilidade tem o professor Aditjondro, da Universidade de Salatiga, que pergunta: ***«o que é que seria mais eficaz para eles (timorenses) : usar todo o petróleo do Timor-Gap para desenvolver Timor-Leste ou, se fossem parte da Indonésia, ter de pedir uma quota-parte nos lucros confiados ao centro?»*** *(Sinar, 19/11/94).*

O sentimento de cansaço manifestado por Amien Rais encontra-se também num dos principais jornais da Indonésia, o *Jakarta Post*. Em editorial do 11/9/95, intitulado ***«Tempo para Reflectir»*** o jornal salienta:

«uma questão mais importante (do que negar o carácter político dos distúrbios em Timor-Leste) ***é a de ponderar porque continuam a ocorrer confrontos em Timor-Leste com perturbadora regularidade, considerando o facto de que o Governo continua a assegurar-nos que tudo vai bem em Timor-Leste (...) Tudo isto torna claro que é mais do que tempo de fazermos um sério exame de consciência relativamente a Timor-Leste»*** *(Jakarta Post, 11/9/95).*

Dias depois o *Jakarta Post* volta a consagrar um editorial a Timor-Leste:

«Detectamos sinais da difusão de ume espécie de 'cansaço de Timor-Leste' entre muitos indonésios. Perguntas como, por quanto mais tempo continuará o problema a perseguir-nos, ou, porque continua Timor-Leste a ser uma chaga aberta mesmo depois de quase 20 anos de integração, são exemplos deste sentimento» *(Jakarta Post, 28/9/95).*

«Porque não promove o Governo uma conferência, uma série de conferências se necessário, na qual todas as sensibilidades, incluindo intelectuais, dirigentes religiosos, oficiais das Forças Armadas, funcionários governamentais, parlamentares, dirigentes informais e outras figuras de destaque, possam ter uma discussão aberta e franca sobre como resolver o dilema de Timor-Leste?»

(Jakarta Post, editorial, 28/9/95)

ONU

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE SEGURANÇA

Resolução 384 (1975) de 22 de Dezembro de 1975

O Conselho de segurança,

- Tendo tomado nota do conteúdo da carta do seu representante permanente em Portugal (S/99)
- Tendo ouvido as declarações dos representantes de Portugal e da Indonésia,
- Tendo ouvido os representantes de Timor-Leste,
- Reconhecendo o direito inalienável do povo de Timor-Leste à autodeterminação e à independência de acordo com os princípios da Carta das Nações Unidas sobre o acesso à independência dos países e dos povos coloniais, contidos na resolução 1514 (XV) da Assembleia geral datada de 14 de Dezembro de 1960,
- Notando que a Assembleia geral, na sua resolução 3485 (XXX) de 12 de Dezembro de 1975, pediu particularmente ao Comité especial encarregue de estudar a situação no que concerne a aplicação da declaração sobre o acesso à independência dos países e dos povos coloniais, para enviar uma missão de inquérito a Timor-Leste,
- Profundamente preocupado pela deterioração da situação em Timor-Leste,
- Profundamente preocupado igualmente pelas perdas de vidas humanas e consciente da urgente necessidade de evitar novos derramamentos de sangue em Timor-Leste,
- Lamentando a intervenção das forças armadas da Indonésia em Timor-Leste,
- Lamentando que o Governo português não tenha plenamente satisfeito as responsabilidades que lhe incumbem enquanto potência administrante do Território, nos termos do capítulo 11 da Carta,

1. Pede a todos os Estados que respeitem a integridade territorial de Timor-Leste, bem como o direito inalienável do seu povo à autodeterminação, de acordo com a resolução 1514 (XV) da Assembleia geral;
2. Pede ao Governo indonésio que retire, sem demora, todas as suas forças do Território;
3. Pede ao Governo Português, enquanto potência administrante, para cooperar plenamente com a Organização das Nações Unidas, com o objectivo de permitir ao povo de Timor-Leste de exercer livremente o seu direito à autodeterminação;
4. Pede encarecidamente a todos os Estados e a todas as outras partes interessadas para cooperar plenamente com a Organização das Nações Unidas nos seus esforços para encontrar uma solução pacífica para a situação existente e facilitar a descolonização do Território;
5. Pede ao Secretário geral para enviar com urgência um representante especial a Timor-Leste a fim de avaliar no local a situação existente e para entrar em contacto com todas as partes no Território e com todos os Estados interessados, com vista a assegurar a aplicação da presente resolução;
6. Pede ainda ao Secretário geral para acompanhar a aplicação da presente resolução e, tendo em conta o relatório do seu representante especial, para apresentar recomendações ao Conselho de segurança assim que possível;
7. Decide continuar atento a esta situação.

ONU

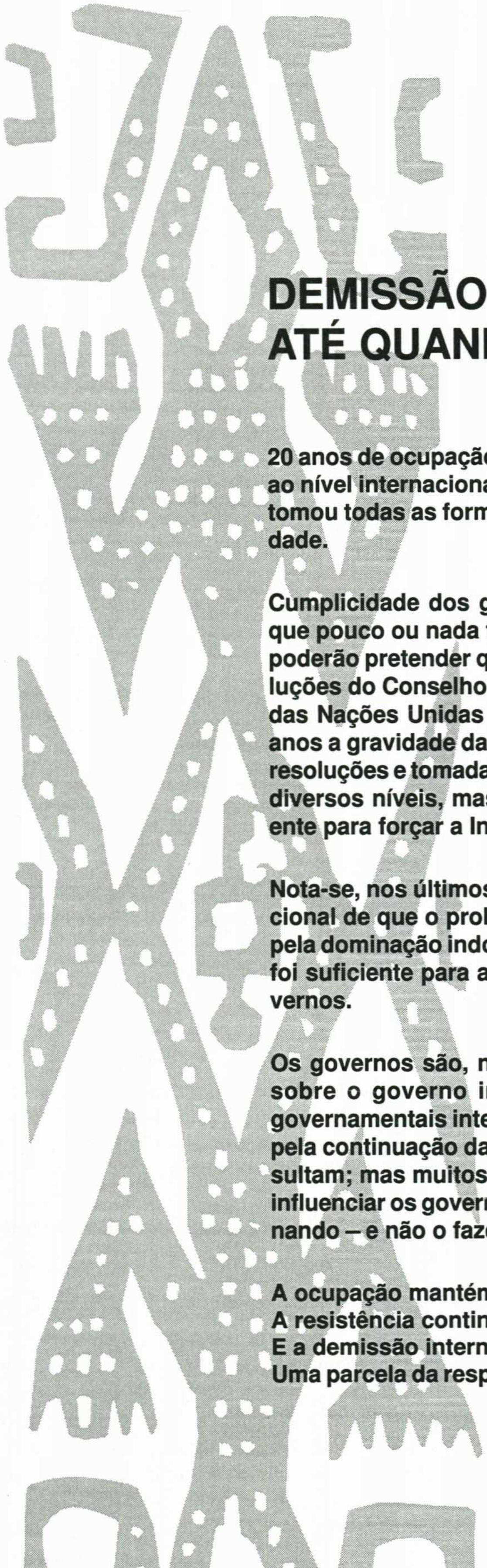
RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL

Resolução 37/30 de 23 de Novembro de 1982

A Assembleia geral,

- Reconhecendo o direito inalienável de todos os povos à autodeterminação, de acordo com os princípios da Carta das Nações Unidas, sobre o acesso à independência dos países e dos povos coloniais, contidos na resolução 1514 (XV) de 14 de Dezembro de 1960, e outras resoluções pertinentes da Organização das Nações Unidas,
- Tendo examinado, no relatório do Comité especial encarregue de estudar a situação no que concerne a aplicação da declaração sobre o acesso à independência dos países e dos povos coloniais, o capitulo relativo a Timor-Leste e outros documentos pertinentes,
- Tomando nota do relatório do Secretário geral sobre a questão de Timor-Leste,
- Tomando nota da resolução 1982/20 adoptada em 8 de Setembro de 1982 pela subcomissão de luta contra as medidas discriminatórias e de protecção das minorias,
- Tendo ouvido a declaração do representante de Portugal, na sua qualidade de potência administrante,
- Tendo ouvido as declarações do representante da Indonésia,
- Tendo ouvido as declarações do representante da Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente e de diversos requerentes, bem como de representantes de organizações não governamentais,
- Considerando que Portugal, potência administrante, prometeu plenamente e solenemente, apoiar o direito do povo de Timor-Leste à autodeterminação e à independência,
- Considerando igualmente as suas resoluções 3485 (XXX) de 12 de Dezembro de 1975, 31/53 de 1 de Dezembro de 1976, 32/34 de 28 de Novembro de 1977, 33/39 de 13 de Dezembro de 1978, 34/40 de 21 de Novembro de 1979, 35/27 de 11 de Novembro de 1980 e 36/50 de 24 de Novembro de 1981,
- Preocupada pela situação humanitária que reina no território e convencida que a comunidade internacional não deve poupar qualquer tipo de esforços para melhorar as condições de vida da população de Timor-Leste e garantir o usufruto efectivo dos direitos fundamentais do homem,

1. Pede ao Secretário geral para estabelecer consultas com todas as partes directamente interessadas com vista a encontrar os meios que permitam alcançar uma solução global do problema, e de apresentar um relatório à Assembleia geral na sua trigésima-oitava sessão;
2. Pede ao Comité especial, encarregue de estudar a situação no que diz respeito à aplicação da declaração sobre o acesso à independência dos países e dos povos coloniais, para prosseguir activamente o exame da situação e para prestar ao Secretário geral todo o auxílio necessário com vista a facilitar a aplicação da presente resolução;
3. Pede a todas as instituições especializadas e outros organismos das Nações Unidas, em particular o Programa Alimentar Mundial, o Fundo das Nações Unidas para as crianças e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os refugiados, para ajudar imediatamente, nos seus domínios de competência respectivos, a população de Timor-Leste em estreita consulta com Portugal, na sua qualidade de potência administrante;
4. Decide inscrever na ordem do dia da sua trigésima-oitava sessão a questão intitulada: «Questão de Timor-Leste».



DEMISSÃO INTERNACIONAL, ATÉ QUANDO?

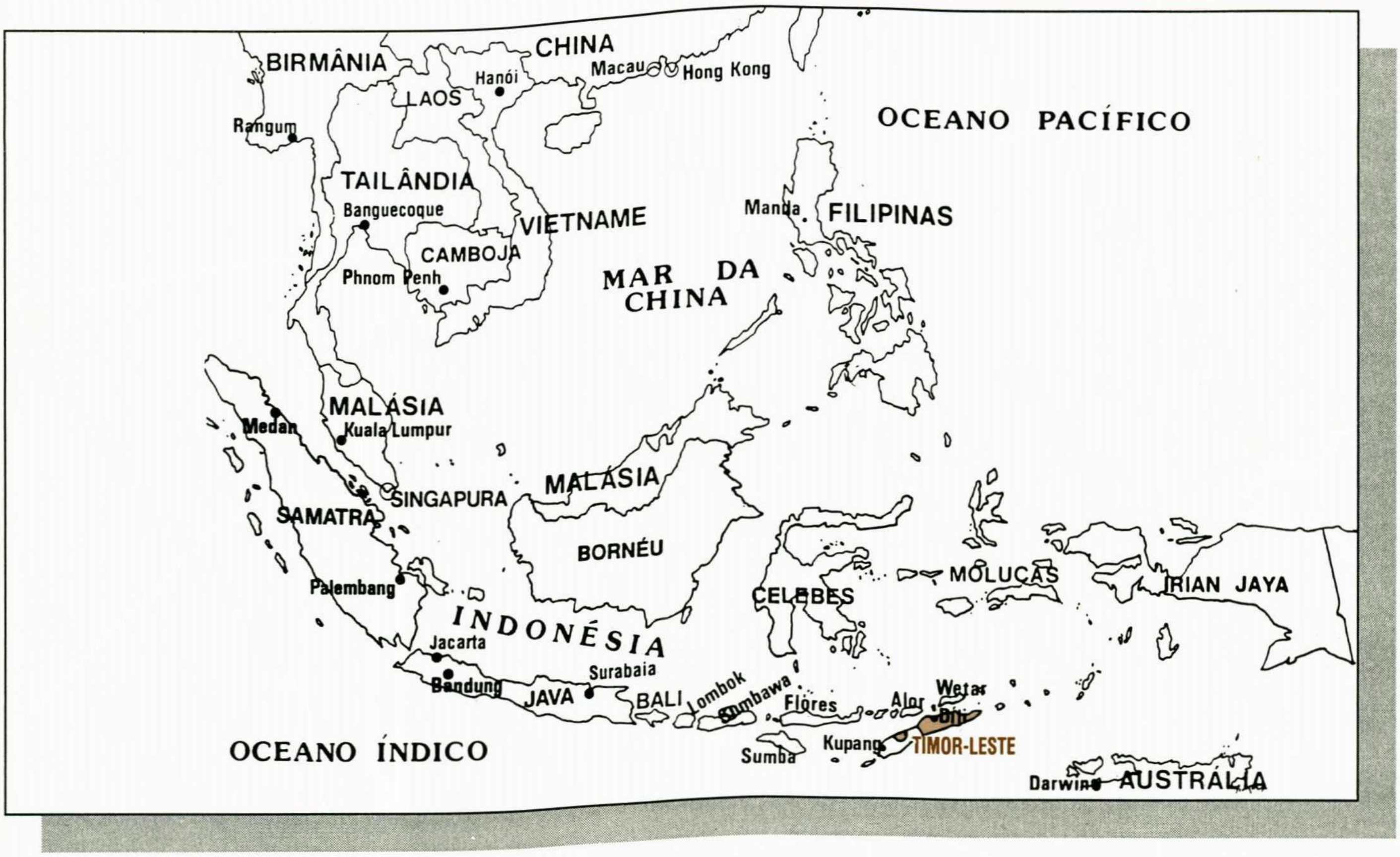
20 anos de ocupação, 20 anos de resistência, mas também, ao nível internacional, 20 anos de demissão; demissão que tomou todas as formas, desde a indiferença até à cumplicidade.

Cumplicidade dos governos e organismos internacionais que pouco ou nada fizeram para pôr fim ao genocídio. Não poderão pretender que não sabiam: de 1975 a 1982 as resoluções do Conselho de Segurança ou da Assembleia Geral das Nações Unidas denunciaram e relembraram todos os anos a gravidade da situação. A partir de 1982 e até hoje as resoluções e tomadas de posição multiplicaram-se aos mais diversos níveis, mas nunca houve vontade política suficiente para forçar a Indonésia a alterar a sua conduta.

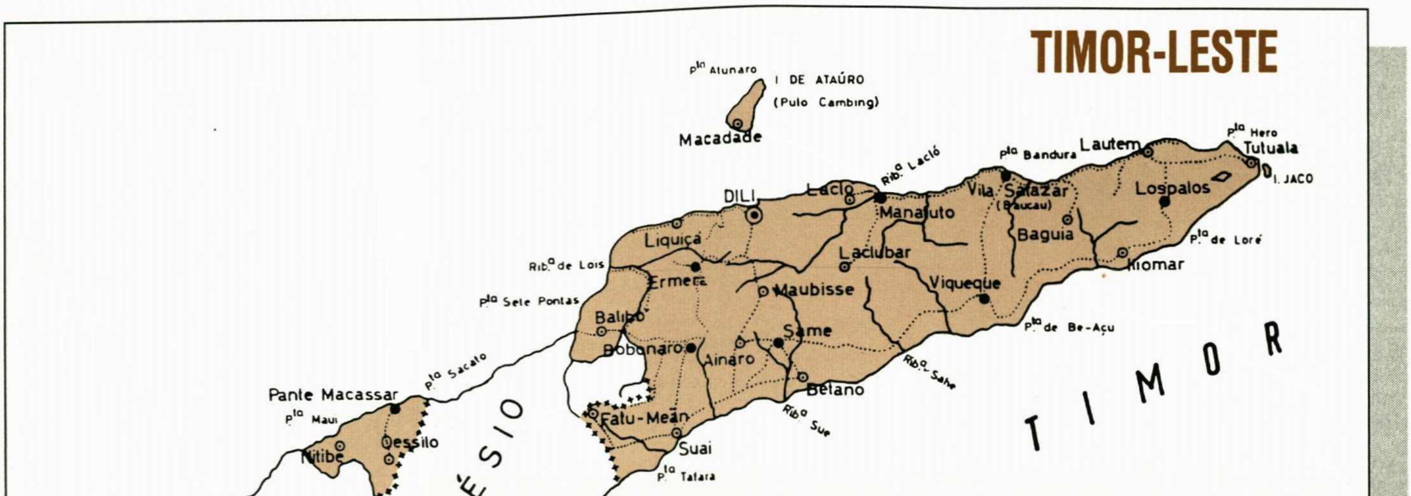
Nota-se, nos últimos anos, uma maior consciência internacional de que o problema de Timor-Leste não se resolverá pela dominação indonésia; mas esta consciência ainda não foi suficiente para alterar a prática da maior parte dos governos.

Os governos são, na directa proporção da sua influência sobre o governo indonésio ou sobre as organizações governamentais internacionais, os principais responsáveis pela continuação da ocupação e das violações que dela resultam; mas muitos organismos ou indivíduos que podem influenciar os governos – informando, protestando, pressionando – e não o fazem, partilham essa responsabilidade.

A ocupação mantém-se...
A resistência continua...
E a demissão internacional?
Uma parcela da resposta está nas mãos de cada um de nós!


BIRMÂNIA
CHINA
Hanói
Macau
Hong Kong
LAOS
Rangum
OCEANO PACÍFICO
TAILÂNDIA
Banguecoque
VIETNAME
Manila
FILIPINAS
CAMBOJA
Phnom Penh
MAR DA CHINA
MALÁSIA
Medan
Kuala Lumpur
SINGAPURA
MALÁSIA
SAMATRA
BORNÉU
Palembang
MOLUCAS
IRIAN JAYA
CELEBES
INDONÉSIA
Jacarta
Surabaia
Bandung
JAVA
BALI
Lombok
Sumbawa
Flores
Alor
Wetar
Dili
OCEANO ÍNDICO
Sumba
Kupang
TIMOR-LESTE
Darwin
AUSTRÁLIA

TIMOR-LESTE E O SUDESTE ASIÁTICO


TIMOR-LESTE
P.ta Atunaro
I. DE ATAÚRO (Pulo Cambing)
Macadade
P.ta Hero
Tutuala
Lautem
P.ta Bandura
Rib.a Lació
I. JACO
DILI
Laclo
Vila Salazar (Baucau)
Lospalos
Manatuto
Liquiça
Baguia
P.ta de Loré
Laclubar
Rib.a de Lois
Ermera
Iliomar
Maubisse
Viqueque
P.ta Sete Pontas
Balibo
Same
P.ta de Be-Açu
Bobonaro
Ainaro
P.ta Sacato
Rib.a Sahe
Betano
Pante Macassar
P.ta Maui
Fatu-Mean
Rib.a Sue
Oessilo
Nitibe
Suai
P.ta Tafara
TIMOR INDONÉSIO
MAR DE TIMOR
LEGENDA
CAPITAL DE PROVINCIA
ESTRADAS
RIOS
FRONTEIRA
ESCALA
0 20 40 60 80 100 Km.

TIMOR-LESTE

A PAZ É POSSÍVEL EM TIMOR-LESTE